



Jornal Gratuito

www.verdade.co.mz

Sexta-Feira 01 de Março de 2019 • Venda Proibida • Edição N° 535 • Ano 11 • Fundador: Erik Charas

Apreendidos
32 quilogramas de
heroína em Nampula

A Polícia da República de Moçambique (PRM), em Nampula, confiscou, há uma semana, 32 quilogramas de heroína cujo destino era supostamente a capital do país. Em conexão com o caso, dois indivíduos encontram-se detidos, mas alegaram que desconhecem a origem do produto.

Texto: Redacção

A droga – 32 pacotes de um quilograma cada – foi apreendida num posto de fiscalização, no rio Ligonha, no distrito de Murrupula. A mesma estava escondida na mobília que era transportada para a cidade de Maputo.

Os suspeitos – um motorista e o seu ajudante – foram conduzidos às celas do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), em Nampula. Eles alegaram que não tinham conhecimento de que na viatura na qual viajavam havia droga.

As autoridades policiais, eles disseram que suspeitavam que alguém tenha plantado o estupefaciente, uma vez que o carro em questão é usado para transportar várias mobílias de madeira de Nampula para Maputo.

A justificação não convenceu a PRM, que através do seu porta-voz, Zacarias Nacute, prometeu levar a cabo uma investigação no sentido de esclarecer o caso, bem como deter o presumível proprietário da heroína para que seja responsabilizado.

Governo aceita mais 11 oficiais da Renamo no Exército, falta colocar outros 10 na PRM e o deadline para acordo final é Abril

O chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), Lázaro Menete, nomeou 11 oficiais superiores da Renamo para chefiarem igual número de postos nas regiões sul, centro e norte do país. Todavia, falta, entre várias acções, indicar outros 10 oficiais para as áreas de direcção e comando na Polícia da República de Moçambique (PRM), segundo consta do cronograma de actividades que orienta a aspiração de desarmar, desmobilizar e reintegrar na sociedade os guerrilheiros da Renamo. Para tal, faltam apenas dois meses, fixados pelos mediadores do processo, mas o que acontece na prática, entre as partes desavindas, não tem bons auspícios.

Texto: Emílido Sambo

Os 11 oficiais superiores juntam-se a outros três da “perdiz”, que a 11 de Fevereiro corrente foram empossados para os cargos de direcção nos departamentos de Operações, de Informações Militares e de Comunicações, respectivamente, no Estado-Maior General, à luz do “Memorando de Entendimento Sobre Assuntos Militares”, assinado entre o Governo e a Renamo, a 06 de Agosto deste ano.

Os recém-nomeados são os coronéis Armando Luís, Júlio Feia, Pinho Vasco e o tenente coronel Tomás Charles, para chefiarem as repartições da Saúde Militar

continua Pag. 13 →

Presidente Nyusi construiu somente 2 dos 16 Hospitais Distritais que prometeu



A promessa do Presidente Filipe Nyusi de aumentar de 44 para 60 os distritos com um Hospital continua por ser materializada. Entre 2015 e 2018 apenas duas Unidades Sanitárias foram edificadas. O @Verdade descobriu que a promessa de “construir dez Hospitais Distritais” em 2019 na realidade resume-se a sete... e existem outros 94 distritos de Moçambique sem qualquer previsão de ter um Hospital.

Texto & Foto: Adérito Caldeira continua Pag. 02 →

INAE alerta sobre venda de tóneres e filtros de carros falsificados

A Inspecção Nacional das Actividades Económicas (INAE) diz que persiste a venda de tóneres para impressoras de marca HP e filtros de marca “Good” para viaturas falsificados. O grosso desses produtos é importado e uma pequena parte é fabricada no mercado moçambicano. A contrafação estende-se igualmente ao cimento de construção civil, para além de ser vendido em situações impróprias.

Texto & Foto: Emílido Sambo



Ali Mussa, director nacional das Operações de Educação, Cultura e Desporto naquela instituição do Estado, disse que “continuam a entrar no país produtos contrafeitos, mas temos, também, alguns de produção nacional”.

Os produtos contrafeitos a que ele fez menção entram no país pelos portos e pelas fronteiras terrestres.

No caso de tóneres, a fonte admitiu que o problema é antigo, mas prevalece. “Temos vindo a falar deste assunto desde 2017 e pensávamos que, a esta altura, já estaria ultrapassado. Infelizmente, não”.

Sem avan-

continua Pag. 13 →

Pergunta
à Tina

email
averdadademz@gmail.com

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA
DE SABER SOBRE SAÚDE
SEXUAL E REPRODUTIVA

DE
CONTE

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdadademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - Presidente Nyusi construiu somente 2 dos 16 Hospitais Distritais que prometeu

Quando tomou posse em 2015 o 4º Presidente de Moçambique prometeu: "Prosseguiremos com a construção de mais unidades sanitárias dotadas de meios técnicos adequados de diagnóstico e tratamento". Dos 154 distritos do nosso país apenas 44 tinham uma Unidade Sanitária de referência e a meta estabelecida, através do Plano Quinquenal, é de elevar para 60.

Escrutinando os Balanços aos Planos Económicos e Sociais desde 2015 o @Verdade apurou que foram escolhidos os distritos de Cuamba, Macomia, Montepuez, Mocímboa da Praia, Pebane, Mopeia, Monapo, Memba, Ilha de Moçambique, Gilé, Machaze, Fingoé, Massinga, Jangamo, Macia, Mapai e Manhiça como os beneficiários dos Hospitais Distritais.

Inicialmente avançaram as obras em 12, dos 18 Distritos eleitos, todavia no ano seguinte tudo parou devido a suspensão do apoio dos Parceiros de Cooperação no seguimento da descoberta das dívidas ilegais da Proindicus e MAM. Dos 580 milhões de meticais alocados no Orçamento de Estado de 2016 apenas 136,2 foram efectivamente desembolsados.

Em 2017 reinicaram algumas obras. No Hospital Distrital que está a ser construído em Montepuez a obra avançou até 60 por cento de execução física. "Em fase de aplicação de azulejos, janelas e portas no bloco de atendimento externo e pintura; aplicação de betonilha nos corredores da maternidade; preparação da estrutura de cobertura no bloco da lavandaria e cozinha" indicava o Balanço do Plano Económico e Sociais.

A obra do Hospital Distrital de Mocímboa da Praia ficou "paralisada por falta de fundos, com 53 por cento de execução física".

Na obra do Hospital Distrital de Cuamba foi somente concluído o bloco de Maternida-



de, "restante obra paralisada por falta de fundos".

As obras do Hospital Distrital de Machaze foram suspensas "falta de orçamento". Até a altura haviam sido executadas as alvenarias de todos os edifícios até a altura das empenas e foram feitos rebocos interiores e exteriores dos edifícios.

Sete hospitais distritais para concluir em ano eleitoral

No ano passado foram concluídos os Hospitais Distritais da Manhiça, na província de Maputo, e de Memba, na província de Nampula.

Ainda durante o ano de 2018

foram reiniciadas as obras nos Hospitais Distritais de Cuamba, Montepuez, Mocímboa da Praia, Macomia, Mopeia, Machaze, Jangamo, Macia e Fingoé, porém nenhuma delas foi concluída.

Mas para 2019, ano de eleições Gerais, Filipe Nyusi anunciou na Assembleia da República que: "Iremos ainda construir dez Hospitais Distritais e introduzir novos serviços especializados".

"(...) Quero também partilhar aqui, é o nosso projecto a partir de 2019, vamos lançar um Programa extraordinário que se vai chamar um distrito um hospital distrital. Hospitais iguais aos que já fizemos na Macia, Monapo, Memba, esse vai ser o programa para todos os Distritos de forma progressiva", prometeu em Dezembro passado durante a apresentação do seu Informe sobre o Estado da Nação.

Porém o @Verdade descortinou que o plano real do Executivo é terminar as obras dos Hospitais Distritais de Cuamba, no 1º semestre; Montepuez, até ao fim do ano; Mocímboa da Praia, até ao 3º trimestre; Macomia, até ao fim do ano; Machaze, até ao 3º trimestre; Jangamo, até ao 3º trimestre; e Macia, até ao 3º trimestre. Portanto serão concluídos sete Hospitais, cujas obras iniciaram há 3 anos, e não os dez propalados pelo Chefe de Estado.

Outro desafio que o Presidente não refere, mas que é crucial para o funcionamento dos Hospitais, são os recursos humanos. Apesar de alguns milhares de funcionários estarem a ser contratados para a Saúde dados do Instituto Nacional de Estatística mostram que existem 1 médico (incluindo estrangeiros) para mais de 18 mil moçambicanos.

Nº de Ordem	Acção	Indicador de Produto	Meta Física	Metas trimestrais				Localização	Beneficiários (desagregados por sexo, quando aplicável)	Resp.
				I	II	III	IV			
164	Prosseguir com a construção de Hospitais Distritais (HDs) nas Províncias	Percentagem de obra construída (Fase da obra 65%)	100%	80%	100%			Niassa: HD de Cuamba		População dos Distritos
		Percentagem de obra construída (Fase da obra 42%)	100%	52%	72%	90%	100%	Cabo Delgado: HD de Montepuez		
		Percentagem de obra construída (Fase da obra 65%)	100%	75%	90%	100%		Cabo Delgado: HD Mocímboa da Praia		
		Percentagem de obra construída (Fase da obra 43%)	100%	53%	65%	80%	100%	Cabo Delgado: HD de Macomia		
		Percentagem de obra construída (Fase da obra 5%)	50%	10%	25%	40%	50%	Zambézia: HD de Mopeia		
		Percentagem de obra construída (Fase da obra 5%)	50%	10%	25%	40%	50%	Zambézia: HD de Pebane		
		Percentagem de obra construída (Fase da obra 50%)	100%	75%	90%	100%		Manica: HD Machaze		
		Percentagem de obra construída (Fase da obra 10%)	60%	20%	30%	50%	60%	Inhambane: HD de Massinga		
		Percentagem de obra construída (Fase da obra 65%)	100%	85%	95%	100%		Inhambane: HD de Jangamo		
		Percentagem de obra construída (Fase da obra 43%)	100%	58%	68%	100%		Gaza: HD Macia		
165	Iniciar a construção e Prosseguir com a ampliação de Hospitais Distritais (HDs) nas Províncias	Percentagem de obra ampliada (Fase da obra 20%)	100%	40%	65%	80%	100%	Zambézia: HD de Gáli		População dos Distritos
		Percentagem de obra ampliada (Fase da obra 0%)	60%	10%	30%	50%	60%	Manica: HD de Guro		
166	Iniciar, Prosseguir com a construção e a reabilitação dos Hospitais Gerais (HG)	% de obra construída (Fase da obra 0%)	50%	13%	25%	38%	50%	HG Beira		População do Distrito
		Percentagem de obra ampliada (Fase da obra 12%)	100%	50%	65%	80%	100%	Nampula: HG de Nampula		

Inflação vai voltar a subir em Moçambique

A inflação em Moçambique, medida pelo Índice de Preços no Consumidor apenas em três principais cidades, vai voltar a subir "podendo manter-se estável em torno de 6 por cento e 7 por cento no último trimestre de 2019", prevê o Banco de Moçambique. A ver até quando o Governo consegue manter os preços da energia eléctrica e dos combustíveis líquidos.

Texto: Adérito Caldeira

Favorecida, em parte, pela estabilidade dos preços dos produtos administrados, com destaque para os combustíveis líquidos, último reajuste aconteceu em Agosto de 2018, e a energia eléctrica, cujo último agravamento em alta aconteceu em Agosto de 2017, a inflação em Moçambique tem estado numa trajectória decrescente contudo essa descida poderá ter alcançado o seu mínimo nos 3,78 por cento registados em Janeiro de 2019.

Depois da alta inflação registada entre 2017 e 2018, e antes dos moçambicanos terem conseguido recuperar o seu poder



de compra, os preços pararam de subir mas não baixaram substancialmente, o

Banco de Moçambique perspectiva "uma inflação baixa e previsível, podendo manter-se estável em torno de 6 por cento e 7 por cento no último trimestre de 2019".

Para além dos vários "pressupostos (internos e externos)" elencados pelo banco central o empresário Florival Mucave previu, em entrevista ao @Verdade, que a Decisão Final de Investimento da Anadarko, que deverá acontecer nos próximos 2 meses, irá impulsionar a inflação no nosso país.

"O Moçambique que conhecemos até

2019 a partir das Decisões Finais de Investimento da Anadarko e da ExxonMobil a inflação vai disparar. A economia é muito pequena e será afectada pelos salários do petróleo. Os preços das casas vão voltar ao que eram há 5 anos, os produtos nos supermercados não vão ter nada a ver com o que são hoje" declarou Mucave salientando que essa inflação não será apenas em Cabo Delgado mas em todo o país e aí estaremos chegaremos a "chamada doença holandesa". Só que de desta vez numa proporção muito maior a experimentada por Moçambique no início da exploração do carvão mineral em Tete.

Xiconhoquices

Lei de Conteúdo Local

É muito preocupante como o Governo moçambicano trata assuntos de extrema importância para os nacionais. A título de exemplo, 12 anos após o início da sua preparação e a poucas semanas da Anadarko anunciar a sua Decisão Final de investir tanto quanto todo o Investimento Directo Estrangeiro da última década em Moçambique, a proposta de Lei do Conteúdo Local ainda nem sequer chegou ao Conselho de Ministros. A pior Xiconhoquice é que há indivíduos fazendo lobby contra a Lei do Conteúdo Local. A resposta para a inclusão dos moçambicanos como trabalhadores e das empresas nacionais é uma Lei do Conteúdo Local cuja preparação iniciou em 2007 a passados 12 anos ainda não foi apreciada pelo Conselho de Ministros que depois de aprovar irá enviar à Assembleia da República onde deverá ser chancelada e então poderá entrar em vigor. Quanta Xiconhoquice!

Um distrito, um hospital

A governação de Filipe Nyusi é feita de promessas infundadas. Aliás, tudo indica que não passa de promessas sem nenhuma perspectiva de se tornarem realidade. Exemplo disso é que a promessa do Presidente Filipe Nyusi de aumentar de 44 para 60 os distritos com um Hospital continua por ser materializada. Entre 2015 e 2018 apenas duas Unidade Sanitárias foram edificadas. O @Verdade descobriu que a promessa de "construir dez Hospitais Distritais" em 2019 na realidade resume-se a sete... e existem outros 94 distritos de Moçambique sem qualquer previsão de ter um Hospital. No entanto, a promessa de um distrito, um hospital não passa de mais uma Xiconhoquice do Governo de Nyusi.

Secretismo das negociações para paz
O secretismo no processo das negociações para a Paz efectiva entre o Governo da Frelimo e o partido Renamo é de bradar aos céus. Esta semana, o Chefe de Estado, Filipe Nyusi, e o líder do partido Renamo, Ossufo Momade, encontraram-se pela primeira vez na Presidência da República, em Maputo, para acelerar o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos militares do partido de oposição que tem atrasadas 17 das 22 actividades acordadas em Agosto de 2018. O mais caricato é que não houve conferência de imprensa, e não foi possível apurar se já foi alcançado um entendimento referente a colocação dos homens da Renamo na orgânica do Ministério do Interior, condição sine qua non acordada entre Nyusi e Momade.

Vitória do "camarada Presidente Filipe Jacinto Nyusi que é um imperativo nacional", Margarida Talapa

Margarida Talada anunciou, discursando na abertura da IX Sessão Ordinária da Assembleia da República, que o Comité Central do partido Frelimo vai decorrer entre 22 a 24 de Março próximo para preparar a vitória do "camarada Presidente Filipe Jacinto Nyusi que é um imperativo nacional". Sobre as dívidas ilegais a líder parlamentar declarou que "a Frelimo continuará firme nos seus princípios de total intolerância à corrupção, ao branqueamento de capitais e a qualquer outra forma de ilegalidade".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Assembleia da República

Numa intervenção que reforça a ideia que a unanimidade em torno do actual Presidente para um 2º mandato deixou de existir, durante 25 minutos aludiu ao camarada 12 vezes, a Chefe da Bancada Parlamentar do partido Frelimo tornou pública a data da Sessão Ordinária do Comité Central, "que terá lugar de 22 a 24 de Março próximo" e destacou dos vários pontos da agenda "refletir sobre a estratégia do Partido para garantir a sua vitória e do seu candidato, o camarada Presidente Filipe Jacinto Nyusi que é um imperativo nacional".

Talapa não se referiu mas parte dessa estratégia passará por manter o controle que a Frelimo tem sobre os órgãos eleitorais e durante esta sessão os votos da bancada irão assegurar uma renovação conveniente dos Membros da Comissão Nacional de Eleições.

Relativamente às dívidas contraídas pelas empresas Proindicus, EMATUM e MAM durante o mandato de Armando Guebuza ignorando o Parlamento e violando a Constituição da República



Margarida Talapa disse que: "A Frelimo tem no combate a corrupção um dos seus princípios e valores inabaláveis".

"A Frelimo sempre defendeu que os servidores públicos devem se guiar pelos princípios de integridade, moral e ética, pautando pela gestão correcta da coisa pública em benefício do povo e, por isso, do interesse nacional", declarou a líder Parlamentar, parecendo ter dúvidas que

Manuel Chang, Maria Isaltina Lucas ou António Carlos do Rosário violaram a lei fundamental de Moçambique.

Num discurso recheado de factos não verdadeiros sobre a situação da mulher e da economia Margarida Talapa acrescentou mais um facto falacioso declarando que a incorporação dessas dívidas ilegais na Conta Geral do Estado "não significa a legalização das dívidas".

Organização dos Trabalhadores de Moçambique renova apelos de não pagamento das dívidas ilegais

A Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM-Central Sindical) reiterou, nesta quinta-feira (28), em Maputo, que os moçambicanos não devem pagar as dívidas contraídas ilegalmente pelas empresas EMATUM, ProIndicus e MAM, em nome da pátria, e legalizadas pela Assembleia da República (AR) com votos da Frelimo, a contra gosto da oposição.

Texto: Emílio Sambo

Aquela agremiação defende a operacionalização e rentabilização das firmas envolvidas para que assumam o pagamento integral dos mais de dois biliões de dólares norte-americanos em causa.

Em 2016, nas comemorações do 1º. de Maio, "fomos muito claros no nosso posicionamento: não queremos pagar a factura (...)" de dívidas ilegais contraídas pelas três empresas, durante a governação do ex-chefe do Estado, Armando Guebuza.

O antigo ministro das Finanças no mandato de Guebuza, Manuel Chang, encontra-se detido na África do Sul, há dois meses, e enfrenta um processo judicial cujo fim pode ser a sua extradição para os Estados Unidos da América (EUA) ou Moçambique.

Em representação de Alexandre Munguambe, secretário-geral da OTM-Central Sindical, Damião Simango disse que os gestores da EMATUM, da ProIndicus e da MAM devem ser chamados à respon-

sabilidade, na qualidade de contratador das dívidas em apreço, e sugeriu que as firmas sejam "operacionalizadas e rentabilizadas" para o pagamento na totalidade dos montantes envolvidos.

A fonte falava na abertura da I Sessão Plenária da Comissão Consultiva do Trabalho (CCT). Encorajou o Governo a continuar esclarecer o assunto no sentido de restaurar a confiança com a sociedade e os parceiros de cooperação.

Ficha Técnica

NAMPULA-Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO-Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail:averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emílio Sambo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino;

Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.

Sociedade

Xiconhoca

Tomás Salomão

Enquanto ao povo é passado o atestado de estupidez, com encenações de detenção de cidadãos que terão beneficiado ilicitamente dos empréstimos ilegais, há Xiconhocos ligados ao partido Frelimo insistindo que é imperativo que as dívidas sejam pagas por todos. Um desses Xiconhocos até à médula é o antigo governante, banqueiro e membro da comissão política da Frelimo, Tomás Salomão. Só um indivíduo que leva uma vida principesca à custa do sofrimento do povo é capaz de dizer tamanha estupidez.

Calisto Cossa

Calisto Moisés Cossa é, sem sombras de dúvida, um Xiconhoca. Além de ter sido reeleito num processo fraudulento, o sujeito decidiu hipotecar o agora mais populoso Município de Moçambique ao BCI, pelo menos até 2025, com uma dívida de 1,4 bilião de meticais e que custa anualmente 70 por cento das receitas para a construção da futura sede da Autarquia. Definitivamente, o bom-senso precisa-se na Matola.

A. Cossa

Há indivíduos que merecem pena capital. É caso da cidadã identificada por A. Cossa. A Xiconhoca, de 32 anos de idade, está detida, na capital moçambicana, por aliciar e reunir adolescentes de 16 anos de idade na sua residência para a prostituição. Para concretizar os seus objectivos, a jovem drogava as vítimas. Uma das crianças resgatadas na casa da acusada confirmou ter sido forçada a manter relações sexuais com dois homens, os quais pagaram cada um 300 meticais.

Se tens alguma denuncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo suscetível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis. As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.

Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com



Jornal @Verdade

Enquanto o povo é idiotizado, com a detenção de cidadãos que terão beneficiado ilicitamente dos empréstimos ilegais, o partido Frelimo insiste no imperativo das dívidas serem pagas por todos. "Vão sempre olhar para nós com respeito, porque vocês são caloteiros. Vocês contraem dívidas e depois começam andar por aí nas ruas a dizer que não querem pagar", declarou Tomas Salomão que classificou os empréstimos que o ex-Presidente Armando Guebuza garantiu terem sido contraídos "em defesa da Pátria Amada" como "uma trampa internacional".

<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/68016>



Gerónimo Langa Esse anda a fumar frossy em pó · 2 dia(s)

Pedro Chavane Já foi ministros dos transportes e comunicação, trabalhou na sada e bla bla ...está na hora de reformar na política me espanta esse teu discurso barato. · 2 dia(s)

Chico Cumbe Se é para defesa da pátria porque Cabo Delgado esta sendo atacado por tais insurgentes desde 2017. · 2 dia(s)

Arnaldo Mendes Cabo-Delgado só serve para extrair os recursos · 2 dia(s)

Santos Ze 200mt por dia em Moz já não chega pra fazer refeições · 2 dia(s)

Pires M'buana Kalembo Deus vai vós castigar este ano e se tentar resistir DEUS vai usar espada. · 2 dia(s)

Antonio Da Silva Pra bem desde que esse tipo voltou da SADC não anda muito bem, eu inspirava mi nele, na época tinha discursos que deixavam a desejar mas desde que voltou a residir em Moz algo não lhe vai bem nos seus comentários. To sad, a ser verdade · 2 dia(s)

Chauque Não anda bem não, é PCA de muitas empresas já não tem tempo para viver e pensar. · 2 dia(s)

Sacim Adal Excesso de Brandy e scotch · 2 dia(s)

Xihangalassa José Boane Siabra Antonio Da Silva O magnifico dirigente desta vez Perdeu uma boa oportunidade de ficar calado · 2 dia(s)

Celso Candido Eu respeitava muito este senhor tinha discursos coerentes, agora não sei

que erva ele anda a fumar · 2 dia(s)

Siabra Antonio Da Silva Irmão Xihangalassa José Boane Não sei o que está acontecendo nos últimos tempo nesse país, todos estão invertendo os sentidos, a pessoa estava a brilhar no silêncio do nada decidiu estragar fazendo barulho. Quem tem ouvidos bem apurados já admirou discursos deste homem... · 2 dia(s)

Constantino André Docotala Siabra Antonio Da Silva gostei do seu comentário, os restantes não sei o que querem ou talvez são tão burros a ponto de não perceberem a lógica do que ele disse. · 2 dia(s)

Augusto Macamo Lhe deram raiz de venene. · 2 dia(s)

Gundane Rugílio Este nunca me enganou, quando era Ministro das Finanças tinha mesmo discurso. · 2 dia(s)

Xihangalassa José Boane Siabra Antonio Da Silva Essa parte do seu comentário me mata juro.... A pessoa estava a brilhar no silêncio do nada decidiu estragar fazendo barulho! · 2 dia(s)

Jose Raimundo Marrengula Papa frelino pediu em nome do povo e os benefícios para comissão política e quem deve pagar é o povo fala a sério camarada. cometeu calote não é o povo mas um grupo desde 1986 fala em nome do povo mas q na verdade é para bem das suas famílias · 2 dia(s)

Tio Daha Ta maluco · 2 dia(s)

Geraldo Sebastiao Lucas Nhantumbo Ta a falar oque esse também · 2 dia(s)

Danilo Badru Mas porque? Me explica · 1 dia(s)
Pinheiro Junior da patria ok, sem aval da casa do povo? · 2 dia(s)

Nelson Monjane Tchapex Tchapex Olha- me este!? · 2 dia(s)

Francisco Carlos Venho por este meio pedir a todos pais e encarregados de educação para que eduem bem seus filhos, sobrinhos, netos e mais por aí. Para que uma nação não sofra por causa de falta de educação. Passem bem obrigado · 2 dia(s)

Santos Maite Silvestre Este pais está no fim · 2 dia(s)

Lunfas Frankzo Eu estava motivado em acompanhar essa entrevista no Domingo mas so por esse trecho já da pra ver que não falou a muita coisa importante...não foi imparcial. Está mais para defesa dos infratores. · 2 dia(s)

Júlio David Macuvele Cadê um documento aprovado na assembleia da República, pelo Conselho de ministros a cerca das dívidas... · 2 dia(s)

Celso Candido Assembleia da república aprovou como DIVIDAS Soberana, agora cabe a nós fazer a FRELIMO engolir essa aprovação a seco no dia 15 de outubro · 2 dia(s)

Júlio David Macuvele Celso Candido aprovou depois de terem explodidas · 2 dia(s)

Stellio Renovado Ja que vive nadando em cima d dinheiro por iso fala barato. · 2 dia(s)

Ivan Dique Nós, o povo, não aceitamos pagamos as dívidas. · 2 dia(s)

Arnaldo Mendes Estava a "descarrilhar", deve ter sido alertado por alguém, agora vem com um discurso "dentro da linha", consentâneo com os seus camaradas · 2 dia(s)

Paulino Mouzinho Cuerepetha VOCÊ NÃO SENTE PENA PARA O Povo, FARINHA NA ALTURA ERA 250MTS AGORA ESTÁ 1000MT, ARROZ ERA 350MT AGORA ESTÁ 1200MT FARINHA DE TRIGO ERA 200 AGORA 750MT AINDA VEM AO

PÚBLICO COM UMA CARA SEM VERGONHA OBRIGAR O POVO MOÇAMBICANO A PAGAR VOSSAS CONTAS? · 2 dia(s)

Aliub Harun Ele tbem comeu esse dinheiro roubado · 1 dia(s)

Lukuekue Amani O que temos a fazer é perdoar esse senhor... variações mentais são susceptíveis a seres humanos · 2 dia(s)

Batista Cole Já está com miolos cacimbados,não sabe o que diz. · 2 dia(s)

Namugeca Nelito António Sualê Ai está claramente que as detenções que estão a projectar é um filme somente pra resgate e atrapalhice ao povo, caso contrário, TS não viria com essa, mas sim, louvando a iniciativa jurídica do governo actual. Deixe-nos em paz, DEUS no comando e está conosco. · 1 dia(s)

Jordan Lagartischa Você é uma decepção TS, antes nutriamo respeito pela sua pessoa, agora falas disparates. Defendendo seu partido e consequentemente mantendo o povo na sarjeta, isso mostra que queres voltar a política activa, quem sabe um lugar quando "vencerem" as eleições... · 2 dia(s)

Carlos Moisés Este Tomaz Salomão, também faz parte da "associação", daí a ignorar o óbvio! Perdeu oportunidade para estar calado! · 1 dia(s)

Kino Florentino Silva Entao que devolvam os tais moçambicanos e libaneses juntamente com essas outras nacionalidades. Porque estamos a gastar nossos esforços enquanto todos os envolvidos estão em vidas. Os EUA estão a demorarem levar Chang, essa é única solução! · 1 dia(s)

Paulo Sean Kkkk, moçambique é uma comedia · 1 dia(s)

Namaruma Nama Furahine Por favor, além de "eles", alguém pode explicar o porque "as empresas terem tido viabilidade para gerarem receitas e amortizarem sozinhas os emprestimos", mas nunca puderam gerar muito menos operarem? · 1 dia(s)

Demosne Tancredo Porque a partida amortização é inviável. Por isso alguém gastou o dinheiro querendo tapar o sol com a

peneira Criando situações de guerra · 1 dia(s)

Sales Bemane Saliência Pode ser que ele sabe que também a Frelimo usou por isso está defendendo os colegas. · 1 dia(s)

Amido Mussa MucTy Junior Isso elle sabe irmao eu cansei desse pais todos sao bandidos muit mas a Frelimo · 1 dia(s)

De Araújo Araújo Acham k o porco julgaria o javali??? · 1 dia(s)

Antonio Camejo qual é a droga que esse tipo fuma???? · 1 dia(s)

Garcia Ahmed Hassan Bicu Se calasse séria muitíssimo melhor. · 18 h

Joangute Cancro a falar mal de ferida... · 1 dia(s)

Pedro Francisco Damiao Eu não entendi o que ele disse!! Apenas vi palavras e só palavras! Mas não consegui entender o pano de fundo dessas palavras!! · 1 dia(s)

Arlindo Paulino Malate Ele está contra os sujeitos que contrairam as dívidas · 1 dia(s)

Juliao Muchanga Arlindo Paulino Malate esteve contra mas mudou de opinião, assim entendi eu. · 1 dia(s)

Absalao Bartolomeu Zumba Tao a ver eleições aparece um e outro querer atrapalhar nos, sr. PCA não estamos deitados não! Que viabilidade falam se o taku dividiram entre a elite, até tipos fora do Governo comeram o dinheiro. Sacanagem...! · 1 dia(s)

Amido Mussa MucTy Junior Esses podem n participar eleicoes vam ganhar falso d director d stae e um dos k viram o taku · 1 dia(s)

Kadinho Kuti Não sei o que estes tipos consomem! Não é normal esse comportamento · 1 dia(s)

Neide Castel Branco Kadinho Kuti consomem dinheiro que nao lhes pertence. · 1 dia(s)

Amido Mussa MucTy Junior Junior Esse moçambique e rodeado com falsos que falam bonito nas televisões na pratica nda fazem estam pra nos prejudicar esses falsos · 1 dia(s)

Sociedade

Província de Manica lidera: 60% dos pensionistas do INSS já aderiram à Prova Anual de Vida

A Prova Anual de Vida (PAV), iniciada a 10 de Janeiro pelo INSS-Instituto Nacional de Segurança Social à escala nacional, já abarcou um total de 44.542 pensionistas, o correspondente a 59.2 por cento de execução.

Com o processo, cujo término está previsto para o próximo dia 10 de Abril, o INSS espera abranger, durante os três meses, um total de 75.268 pensionistas que recebem as suas pensões no Sistema de Segurança Social.

Do universo de pensionistas do INSS, 29.300 beneficiam de pensões de velhice, 44.577 de pensões de sobrevivência e 1.391 de invalidez.

O director-geral do INSS, Alfredo Mauaie, considerou satisfatório o nível de adesão ao processo, sendo que no primeiro mês as delegações do instituto tiveram um desempenho acima de 50 por cento.

Para além dos balcões de atendimento, o INSS destacou brigadas técnicas. Até ao momento, a província de Manica registou maior grau de execução, com 71.4 por cento, seguida pela província

de Nampula, com 65.2 por cento e Maputo, com 63.2 por cento.

Os pensionistas que, por razões de saúde, não estiverem em condições de se deslocar aos locais indicados para a realização da PAV, segundo destacou o director geral do INSS, podem ser atendidos no domicílio, devendo para isso informar à representação do INSS mais próxima.

"A não realização da Prova Anual de Vida, dentro do período indicado, implica a suspensão do pagamento das pensões, até que a situação do beneficiário seja regularizada", sublinhou Alfredo Mauaie.

Importa realçar que a PAV é um processo, através do qual o INSS comprova a existência física do titular da pensão, de modo a manter o direito ao recebimento da respectiva prestação mensal.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Electrocussão mata mãe e filho na Beira

Uma mulher e o filho morreram por choque eléctrico, na sexta-feira (22), na cidade da Beira, província de Sofala. Outras duas pessoas, uma das quais filha da malograda, sobreviveram.

Texto: Redacção

O condutor eléctrico que causou a tragédia estava ligado a um poste da empresa pública Electricidade de Moçambique (EDM), que há um mês caiu parcialmente devido ao vendaval que assolara a cidade da Beira.

De acordo com testemunhas, a morte ocorreu à noite, no bairro da Munhava, quando a mãe tentava acudir a filha electrocutada ao pendurar a roupa num cabo com corrente eléctrica, julgando que se tratava de estendal.

A mulher encontrava-se dentro de casa e ao ouvir os gritos de desespero da filha, presa no cabo de energia, saiu para socorrer mas, também, ficou electrocutada.

Na circunstância, o filho da finada correu para acudir a mãe e a irmã, mas encontrou a morte.

Uma quarta pessoa cuja relação com os malogrados não apurámos também sobreviveu e encontrava-se sob cuidados médicos até ao fecho desta edição.

Cidadão mata esposa à catana e foge em Manica

Uma mulher de 37 anos de idade foi assassinada pelo próprio marido, no sábado (23), na vila de Gondola, província de Manica. As razões são ainda desconhecidas e o suposto homicida é dado como fugitivo.

Texto: Redacção

O crime foi cometido com recurso à catana numa machamba do casal, para onde se dirigiu na manhã do fatídico dia.

O @Verdade apurou que na altura da tragédia o casal ia sachar e produzir carvão na referida machamba, mas o que era para ser um dia normal terminou da pior forma.

A relação do casal era turbulenta de há tempos a esta parte. No corpo da vítima foram constatados vários golpes à catana, o que para família se tratou de uma morte preparada e deliberada.

A mulher do alegado homicida era uma doméstica. Agora, as autoridades policiais em Manica estão no encalço do homem, de 47 anos de idade, sobre o qual pesa um crime de assassinato a sangue frio, seguido de fuga.

“Há um lobi contra a lei” do Conteúdo Local em Moçambique



Doze anos após o início da sua preparação e há poucas semanas da Anadarko anunciar a sua Decisão Final de investir tanto quanto todo Investimento Directo Estrangeiro da última década em Moçambique a proposta de Lei do Conteúdo Local ainda nem sequer chegou ao Conselho de Ministros. “Há um lobi contra a lei que também está a fazer o seu trabalho” revelou em entrevista ao @Verdade o presidente da Comissão de Conteúdo Local e Ligações Empresariais da CTA. Florival Mucave explica que “entender a lei do Conteúdo Local é entender o tipo de economia que nós queremos, quão inclusiva é que ela vai ser, ela vai empregar moçambicanos?”.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

Após ataque ao projecto de gás natural Governo reforça FDS no Norte de Cabo Delgado

O Governo que não se manifesta quando o povo é atacado e decapitado em Cabo Delgado foi rápido a reagir após o primeiro ataque a um dos projectos de exploração de gás natural no Norte de Moçambique, “vai empenhar um conjunto de unidades das Forças de Defesa e Segurança para assegurar a protecção de todos os acampamentos e locais de trabalho das empresas petrolíferas e conexas” afirmou o ministro do Interior. O @Verdade sabe que a Anadarko, o alvo dos ataques na passada quinta-feira (21), suspendeu todas as suas actividades na região de Palma e Afungi.

Texto: Adérito Caldeira

Os desconhecidos que aterrorizam a província de Cabo Delgado desde Outubro de 2017 continuam activos e mostrando que o discurso oficial de controle da situação não passa de retórica. Na semana passada os alvos foram trabalhadores sub-contratados pela Anadarko para a construção dos vários empreendimentos que antecederam a instalação da sua fábrica de liquefação de gás natural. Um trabalhador moçambicano foi desmembrado e seis outros ficaram feridos.

Os ataques da passada quinta-feira (21) foram os primeiros que visaram directamente as empresas envolvidas nos bilionários projectos de gás natural na bacia do Rovuma. O @Verdade sabe que a Anadarko suspendeu as suas activi-

dades naquela região, principalmente as obras da estrada entre a vila de Palma e a península de Afungi e da pista para a aterragem de aviões.

Já a prever esses ataque no início do mês a petrolífera norte-americana que lidera o consórcio que vai explorar a Área 1 anunciou a aquisição para Moçambique de pelo menos seis veículos de especificação B6, o penúltimo nível de blindagem para viaturas ligeiras com capacidade de suportar ataques de fuzis M16 ou Kalashnikov AK47 e até mesmo aguentar a detonação de até duas granadas de mão.

Além da Anadarko estão a desenvolver projectos de exploração de gás natural avaliados em dezenas de biliões de dólares norte-americanos

na província de Cabo Delgado a italiana Eni e a norte-americana ExxonMobil.

As autoridades policiais provinciais e centrais que há vários meses adoptaram a estratégia do silêncio sobre o que se passa em Cabo Delgado desta vez tiveram de aparecer publicamente a admitir que o controle que têm afirmado existir não é real.

“Ontem, dia 21 de Fevereiro de 2019, um grupo de malfeiteiros realizou uma incursão criminosa que incidiu sobre três aldeias, uma das quais Matapata, esta incursão ocorreu num intervalo de tempo das 16 até perto das 18 horas, coincidiu com um movimento de viaturas da empresa Anadarko que ao passar pela aldeia Ma-

continua Pag. 14 →



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOGA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - "Há um lobi contra a lei" do Conteúdo Local em Moçambique

Desde o passado dia 19 que a Anadarko Petroleum Corporation tem assegurados Contratos de Compra e Venda de longo prazo para 9,5 milhões de toneladas por ano (MTPA) do gás natural que vai explorar na Área 1 da Bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado, quantidade mínima que o consórcio que lidera precisava para poder realizar a sua Decisão Final de Investimento (DFI) em Moçambique que está estimada em 25 biliões de dólares norte-americanos. A promessa é que pelo menos 2,5 biliões de dólares sejam gastos em empresas registadas no nosso país.

Florival Mucave recordou ao @Verdade que: "No Código Commercial assim como na Lei dos Petróleos há uma definição de empresa nacional. Empresa nacional é a empresa que 50 por cento de capitais nacionais e temos a Anadarko que aparece num fórum aberto a dizer que a nossa definição de empresa nacional é a empresa que está registada em Moçambique há pelo menos 5 anos. Isso quer dizer que eles vão anunciar a DFI, quantas empresas com quem eles trabalham já estão registadas sul-africanas, portuguesas, brasileiras. Só no ano passado foram registadas 270 novas empresas estrangeiras, nos vários ramos da economia. O que vai acontecer é que toda aquela empresa brasileira, portuguesa, sul-africana sobretudo aparece a competir de igual para igual com empresa moçambicana que tem taxas de juro de 30 por cento, o nível de formação e especialização para aquela área começamos do zero".

270 novas empresas estrangeiras registadas em Moçambique em 2018 para servir indústria do gás natural.

Em entrevista ao @Verdade Mucave esclareceu que: "Nós não queremos promover a incompetência, tem que haver formação e especialização para os moçambicanos. Numa primeira fase a única maneira dos moçambicanos participarem é através da inserção deles na formação. Quando a empresa estrangeira vem para Moçambique e diz que para perfuração precisa de 200 estrangeiros a pergunta que eu fiz uma vez a Anadarko é quanto tempo precisa para formar um perfurador? 18 meses, mas os perfuradores vêm com visto de 5 anos porquê?"

"Qual é a obrigação que as multinacionais tem de formação de moçambicanos e substituição da mão-de-obra não qualificada pelos nacionais, isso não existe", explicou o presidente da Comissão de Conteúdo Local e Ligações Empresariais da Confederação das Associações Económicas (CTA).

Há poucos instrumentos tão vitais como a lei do Conteúdo Local "para esta economia e sobretudo para a inclusão dos moçambicanos"

Para Florival Mucave a resposta para esta inclusão dos moçambicanos como trabalhadores e das empresas nacionais é uma Lei do Conteúdo Local cuja preparação iniciou em 2007 a passados 12 anos ainda não foi apreciada pelo Conselho de Ministros que depois de aprovar irá enviar à Assembleia da República onde deverá ser chancelada e então poderá entrar em vigor.

"A dada altura o processo esteve com o Ministério do Recursos Minerais, esteve com o Ministério do Comércio, esteve com aquilo que foi o Ministério do Plano e Desenvolvimento e só depois passou para as Finanças, portanto está no seu quarto ministério e ainda não chegou ao Conselho de Ministros. Doze anos depois, quatro ministérios depois ainda nem chegou ao Conselho de Ministros,

Pessoas "com muito poder" estão contra a lei de Conteúdo Local

O entrevistado do @Verdade preveniu que a expectativa que as multinacionais vão pagar impostos enfrenta o "problema que nós temos é que as dívidas que nós temos, as dívidas da ENH tem que ser pagas, são elevadíssimas. Primeiro, antes de haver lucros, tem que se pagar essas dívidas portanto aquilo que pensamos que vamos ter em dividendos e impostos só vamos começar a ter a partir de 2029 /2030. Agora o que se pode fazer é começar a aumentar a base tributária agora, a base produtiva agora, através da inclusão e inserção de moçambicanos nos vários setores produtivos".

"Mas o que é grave é que nós já temos a DFI da Anadarko, que vai anunciada até Abril ou Maio certamente, vamos ter o DFI da Exxon de certeza ainda este ano portanto até ao final do ano estamos a falar de termos aquilo que é uma previsão de mais ou me-



portanto tem que haver algum questionamento da vontade de se ter a lei" afirmou Mucave que embora tenha notado nos últimos anos "uma certa seriedade e vontade política" não tem dúvidas que: "Não há muito interesse em ter uma lei de Conteúdo Local, há um lobi contra a lei que também está a fazer o seu trabalho".

O representante da maior associação de empresários em Moçambique lembrou que quando existe vontade política as coisas acontecem: "O que é interessante é que a Lei dos Petróleos que é de 2014 foi feita em mais ou menos 6 meses, porque havia a provável saída do Governo e aquele Governo queria a lei finalizada antes deles saírem e aconteceu. A lei sobre a Descentralização foi feita. Se nós quisermos realmente acontece".

"Há poucos instrumentos tão vitais para esta economia e sobretudo para a inclusão dos moçambicanos na economia. Se nós olharmos para a nossa economia hoje, olharmos para aquilo que é o PIB, olharmos para os níveis de desemprego, se quisermos revolucionar, aumentar a base tributária temos que ter mais moçambicanos a trabalhar. Queremos aumentar a base produtiva, queremos mais moçambicanos a produzirem e a trabalharem temos que criar empregos para os moçambicanos. Nós queremos um legado em termos de moçambicanos formados para participar na indústria. Estes três factores exigem uma lei de Conteúdo Local, caso contrário não vamos aumentar a base tributária", declarou Mucave.

todos os dias

FACTS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com

"Se pergunta o que é que o empresariado fez: nada"

Mucave, que tem a experiência de trabalhar numa legislação de conteúdo com as mineradoras que operam na África do Sul, não tem dúvidas que uma Lei do Conteúdo Local também não será do agrado dos investidores estrangeiros. "As multinacionais tem aquilo que chamam de global supplier, as contratadas e as sub-contratadas. Quando tu dizes a elas que quando chegarem a Moçambique tem que ter um parceiro nacional que seja um empresa ou cooperativa constituída por moçambicanos que vai ter 15 por cento, tu estás a tirar 15 por cento daquela empresa em benefício dos nacionais. De repente tem as empresas de bens e serviços que foram criando por causa da economia de escala, à medida do que eles precisam, e de repente tu dizes que não a empresa que fornece os bens e serviços tem que ser nacional".

10 biliões de dólares a serem investidos só na construção das plantas de LNG nos próximos 5 anos.

Florival Mucave admitiu ao @Verdade o pouco que o setor privado moçambicano tem feito para defender os seus interesses: "um dos maiores problemas que nós temos é a falta de coesão ao nível do empresariado. Houve uma altura em que havia um grupo de empresários que diziam que porque é a CTA a liderar este processo? A CTA é um grupo de rent seekers, não são empresários são lobistas, são políticos etc e enquanto ficamos nessa conversa, nessa disfuncionalidade, nessa cacofonia, a insultarmo-nos e a acusarmo-nos uns aos outros a verdade é que o comboio passa".

"Se pergunta o que é que o empresariado fez: nada. Nós tivemos uma reunião na CTA na semana passada e eu levantei e disse que o maior problema é que enquanto não houver coesão entre nós os empresários e entendemos que esta questão da lei do Conteúdo Local é um objectivo comum não vai acontecer nada e não vamos participar desta economia do petróleo e gás. Eu vi muito disto em Angola, na Nigéria, em que os Governos tiveram que entrar mas num forcing terrível com as multinacionais. Porque as multinacionais dizem vocês não tem capacidade para participar, segundo as vossas empresas não tem dinheiro para comprar os 15 por cento como vão pagar por isso, terceiro este mercado é muito pequeno para abrirmos aqui as fábricas", disse Mucave.

Moçambique deveria aprender com a experiência de Trinidad e Tobago

Diante da insistência do @Verdade o presidente da Comissão de Conteúdo Local e Ligações Empresariais da CTA acrescenta são pessoas "com muito poder".

sermos que estes projectos vão empregar mais ou menos, nos próximos 15 anos, 50 mil pessoas nós estamos a dizer que vamos precisar de 50 mil pares de botas, vamos precisar de 50 mil capacetes, de 50 mil pares de luvas, nós não podemos produzir isso aqui. Isso tem que ser sustentável. Os uniformes ainda vem de fora, os uniformes da Vale e da Sasol não são produzidos cá. Que tipo de economia é que nós queremos ter, queremos uma fábrica que vai fazer as luvas cá porque também pode fazer as luvas para os hospitais, fazer as bolas".

"Esta conversa já não devia ter lugar, entender a lei do Conteúdo Local é entender o tipo de economia que nós queremos, quão inclusiva é que ela vai ser, ela vai empregar moçambicanos? Qual é o legado que vamos deixar destes recursos minerais que nós temos? Porque há muitos países que tiveram escavadoras e depois de 30 anos ficaram lá buracos, um dos exemplos é o Gabão que nos anos 60 era um dos maiores produtores de petróleo de África", constatou o entrevistado do @Verdade.

Olhando para a experiência de outros países que desenvolveram a indústria do petróleo e gás com sucesso Florival Mucave declarou que Moçambique deveria aprender com Trinidad e Tobago. "Eles tem a vantagem de ser uma ilha com uma população pequena mas em termos de utilização do gás para a industrialização do país eles fizeram um trabalho excelente. Apesar do tamanho do país tem uma fábrica de fertilizantes, tem fábrica de amónia, tem uma fábrica pequena de GTL e tem apenas 1 tcf de gás, o equivalente ao que temos em Pande e Temane. Eles tem uma lei clara, os investidores que vem tem de trabalhar connosco e a nossa visão é esta".

12 anos de preparação e Proposta de Lei do Conteúdo Local ainda não foi apreciada pelo Conselho de Ministros.

"O Qatar é diferente porque os recursos pertencem ao país, aqui o gás descoberto pela Anadarko pertence a Anadarko (...) Lá o Estado diz vem trabalhar connosco, ficas com 30 por cento os termos são estes e hoje é um país superdesenvolvido só com base no gás. E Moçambique tem o potencial com as nossas reservas de sermos o terceiro maior produtor mundial, de sermos uma potência energética. O debate que temos de ter é para sermos uma potência energética o que isso requer? Uma potência energética requer infra-estruturas, requer formação das pessoas, requer transparéncia, requer muitas mais coisas", concluiu o presidente da Comissão de Conteúdo Local e Ligações Empresariais da CTA.

Dez pessoas morrem durante mineração clandestina em Cabo Delgado

Dez garimpeiros morreram soterradas em consequência do aluimento de terra numa mina de rubis, na madrugada de segunda-feira (25), no distrito de Montepuez, província de Cabo Delgado.

Texto: Redacção

A tragédia aconteceu na localidade Namanhumbir, numa área de extração de rubis concedida à mineradora britânica Montepuez Ruby Mining (MRN).

Outras duas vítimas foram resgatadas com vida e encontram-se sob cuidados médicos.

O @Verdade apurou que no domingo (24) houve muita chuva, o que fez com que a terra ficasse movediça. Este facto foi confirmado por Obete Matine, inspetor-geral no Ministério dos Recursos Minerais e Energia.

Presume-se que as vítimas eram provenientes de alugares em Namanhumbir e das províncias de Manica e Nampula.

Em Namanhumbir são frequentes os relatos de mortes e feridos em consequência do desmoronamento de terra durante a mineração artesanal.

Para além de moçambicanos, a zona tem sido cobiçada por cidadãos estrangeiros para a prática do garimpo.

Em 2017, por exemplo, 536 moçambicanos e 95 estrangeiros de nacionalidades tanzaniana, somali, guineense, gambiana, sene-galesa, malawiana, zimbabwiana, nigeriana, queniana, burundesa, belga e congolesa, foram escorraçados daquela mina pela Polícia da República de Moçambique (PRM), em Cabo Delgado.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

INE desmente o início do pós-crise” anunciado por Nyusi, economia cresceu apenas 3,3 por cento em 2018



Figura 1: Prevê-se que o crescimento do PIB irá diminuir ligeiramente em 2018...

Contribuição Anual para o Crescimento (%), 2012-18



Fonte: INE; estimativas da equipa do Banco Mundial.

As Contas Nacionais do 4º Trimestre desmentem que os indicadores económicos “marcam o início do pós-crise” em Moçambique como anuncio o Presidente Filipe Nyusi em Julho passado. “A economia cresceu 3,3 por cento em 2018” indica o documento produzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) contra o plano governamental de 5,3 por cento. A desaceleração da economia registou-se em todos os sectores e é a mais baixa desde o ano 2000.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →

Direcção e membros da Renamo divididos e em braço-de-ferro em Sofala

Ânimos exaltam-se na cidade da Beira, província de Sofala, há duas semanas. Em causa está o facto de o presidente da Renamo, Ossufo Momade, ter escolhido a dedo, provisoriamente, um delegado da urbe, João Marrata, e outro provincial, Ricardo Gerente, em substituição de Luís Chitato e Sandura Ambrósio, respectivamente.

Texto & Foto: Emílio Sambo



João Marrata e Ricardo gerente são contestados porque membros da Renamo exigem que os delegados sejam eleitos pelas bases, conforme preconizam os estatutos do partido, e não nomeados pelo presidente.

Neste contexto, Luís Chitato e Sandura Ambrósio foram (re)eleitos delegados da cidade da Beira e de Sofala, à revelia da liderança da “perdiz”.

O desentendimento no maior partido da oposição em Moçambique, na Beira, tornou-se mais visível quando Ossufo Momade mandou o chefe do Conselho Jurisdicional, Saimone Macuiane, para invalidar a eleição de Luís Chitato e Sandura Ambrósio, por considerá-la “nula e de nenhum efeito”, mas foi desobedecido.

Os ânimos não amainaram. Sandura – o rosto mais visível do braço-de-ferro com Ossufo Momade – não só tem desvalorizado as ordens do líder do partido, como também ameaçou arrastar o caso até ao tribunal, por-

quanto insiste que “os delegados políticos da cidade, do distrito e a província são eleitos” em conferências para o efeito.

Na manhã de segunda-feira (25), João Marrata e Ricardo Gerente, encabeçaram marchas à delegação da Beira e de Sofala, onde tomaram de assalto as instalações e reposicionaram-se nos cargos, conforme o desejo de Ossufo Momade.

Sandura saiu da delegação política provincial da Renamo protegido pela Polícia da República de Moçambique (PRM), por receio de a confusão acabar da pior maneira.

Diante destes factos, a liderança máxima do partido reagiu, por intermédio do seu porta-voz, José Manteigas, dizendo que os seus membros devem se concentrar no

continua Pag. 15 →



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 07 - INE desmente o início do pós-crise" anunciado por Nyusi, economia cresceu apenas 3,3 por cento em 2018

"As estimativas anuais do Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) em 2018, apontam para o crescimento da economia em 3,3 por cento mostrando uma desaceleração da economia face ao período homólogo em cerca de 0,47 pontos percentuais. O quarto Trimestre do ano cresceu, face ao trimestre homólogo de 2017, em cerca de 3,1 por cento", refere o documento tornado público esta semana.

Longe dos 7 por cento da governação de Armando Guebzua o desempenho da actividade económica em 2018 foi influenciado pelo sector secundário. A Indústria transformadora que o Executivo perspectivou crescer 5 por cento ficou-se pelos 2,4 por cento, a Electricidade, gás e Água ficou estagnado contra uma previsão de 7 por cento, e a Construção que se esperava atingir os 3,8 quedou-se em 1 por cento negativo.

No Sector Primário as projecções do Executivo de Nyusi também goraram-se. Na Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e exploração florestal o crescimento foi de 3,7 contra 4,4 por cento, a Pesca ficou-se pelos 3,7 comparativamente a previsão de 3,8 por cento, e a Indústria de extração mineira onde a expectativa eram 13,8 quedou-se nos 11,8 por cento.

A excepção positiva aconteceu na Administração Pública, Defesa e Segurança que cresceu 5,7 por cento relativamente a previsão de 1,3 por cento, e na Educação que ascendeu a 6,1 contra os 3,7 por cento previsto.

No restante Sector terciário o crescimento económico esteve abaixo das expectativas. O Comércio e Serviços de Reparação alcançou 2,5 para previsão de 7,2 por cento, os Hotéis e Restaurantes 2,6 contra 5 por cento projectados; o Transporte, armazenagem e actividades

Quadro 1b. PIB Trimestral por Ramos de Actividade: Variações percentuais em volume

Ano	Trimestre	Agricultura	Pesca	Ind. Extrac- Minesira	Indústria Transformadora	Electricidade Gás e Água	Construção	Comércio e Serv. Reparação	Transportes, Hotéis e Restaurantes	Armazenagem e Informação e Comunicações	Serviços Financeiros	Alug. Imóv. Serv. Prest. Emp.	Administração Pública	Educação	Saúde e Ação Social	Outros Serviços	SIFIM	Valor Acrecentado	Impostos sobre Produtos	PIB a preços de mercado
2013	1	1,7	39,4	33,9	9,1	-18,6	10,7	22,8	7,2	9,1	27,8	6,3	4,2	8,1	-3,8	4,9	20,6	8,3	113	8,5
	2	3,6	-9,4	0,4	7,7	3,6	14,0	12,6	2,5	9,3	21,0	5,9	3,4	4,5	-5,9	4,8	32,4	5,8	357	7,7
	3	-0,5	-5,3	24,0	3,4	4,5	12,8	11,4	9,3	9,5	16,3	5,9	1,4	1,2	-4,4	4,7	19,0	5,1	296	6,8
	4	2,0	1,2	10,5	-1,8	39,5	-6,0	15,0	4,8	6,1	-2,2	6,1	-1,9	1,0	-4,7	4,0	4,8	145	5,6	
2014	1	8,6	-2,9	12,7	4,5	29,1	9,0	8,2	8,7	5,8	14,9	6,8	11,1	8,1	10,5	4,6	-1,4	8,9	73	8,7
	2	10,9	13,1	21,8	3,2	-3,9	8,0	10,2	6,6	4,6	18,8	7,4	8,9	6,5	17,3	4,8	-4,7	9,2	86	9,2
	3	0,3	17,2	21,0	8,4	-0,7	12,8	10,5	-2,4	4,7	11,6	7,9	10,1	6,8	20,1	5,1	-1,9	6,9	23	6,5
	4	-9,5	-14,1	44,4	-5,0	1,3	18,1	8,4	7,7	5,4	14,7	8,5	12,1	9,1	18,7	5,6	2,9	4,4	143	5,3
2015	1	-8,2	-12,2	18,3	7,0	7,9	6,8	0,9	12,8	6,0	13,8	9,1	-48,0	2,1	14,4	5,4	11,4	-1,0	73	-0,3
	2	8,2	10,4	16,8	5,0	15,2	15,3	9,6	-1,2	7,7	18,3	8,7	30,1	5,9	11,3	5,5	21,6	9,8	0,9	9,1
	3	5,4	2,1	37,9	9,8	15,4	12,5	10,9	4,1	4,5	1,0	34,0	9,5	8,8	5,4	40,4	9,2	81	9,1	
	4	9,6	18,4	14,7	13,8	8,5	12,8	7,4	17,4	0,6	-0,3	5,1	42,6	12,8	6,7	5,3	17,6	9,4	13	8,6
2016	1	9,7	5,7	25,4	11,6	11,4	11,5	6,3	3,7	1,7	-6,7	1,9	14,4	7,0	5,3	5,6	-0,7	7,1	99	7,3
	2	7,4	5,4	9,7	26,0	10,2	-5,4	3,0	2,3	-0,6	-9,0	0,0	7,0	8,3	4,0	5,3	8,4	5,6	1,4	5,3
	3	-1,9	2,5	19,0	-8,8	-8,9	1,6	3,9	4,5	1,0	13,9	-0,9	1,2	8,0	3,3	4,7	-2,3	1,8	15,4	2,9
	4	-11,0	1,3	9,2	-9,4	-10,3	-1,5	0,7	-2,1	2,9	26,1	-0,8	-8,3	6,2	3,3	3,9	7,3	-1,4	95	-0,4
2017	1	1,6	-21,6	59,0	5,3	-15,1	-24,6	4,5	4,1	3,4	21,1	0,5	7,0	4,4	2,4	3,1	23,2	4,4	13,4	5,1
	2	4,3	22,9	62,9	-7,8	-9,5	-13,8	2,3	1,3	3,5	-4,1	1,4	1,9	2,4	3,4	2,2	0,4	3,6	42	3,6
	3	7,1	-4,1	14,7	-0,9	-1,1	-16,8	-0,7	2,5	5,6	-4,3	2,0	4,3	1,7	3,0	1,5	-1,4	2,9	-13,0	1,4
	4	6,1	6,8	38,7	6,4	-4,0	4,1	0,1	-4,1	4,5	-7,2	2,1	0,5	2,1	2,1	0,9	-5,4	4,1	12,2	4,9
2018	1	3,4	4,8	9,0	3,2	-0,1	5,1	4,7	5,0	3,1	1,1	2,0	8,9	6,8	5,5	0,4	37,3	2,8	76	3,3
	2	3,2	3,0	8,3	2,5	-2,7	-5,9	2,6	-2,5	2,7	6,6	1,7	7,0	8,2	1,6	0,03	15,9	3,1	74	3,4
	3	3,8	1,5	15,3	2,2	-0,5	-2,2	3,8	3,3	1,6	-1,9	1,4	2,4	4,4	1,1	-0,2	4,2	3,1	38	3,2
	4	4,3	5,3	14,4	1,8	3,3	-0,9	-1,0	4,6	4,7	1,7	1,0	4,6	4,8	3,1	0,8	15,0	3,1	33	3,1

auxiliares dos transportes e Informação e Comunicações quedou-se nos 3 por cento do plano de 11 por cento; os Serviços Financeiros ficaram-se em 1,9 para uma meta de 4,5 por cento; e os Outros Serviços não foram além de 0,3 por cento de uma previsão de 4,3 por cento.

Estes números revelam claramente que a economia continuou em crise no ano passado, deverá influenciar em baixa os vários rácios macroeconómicos e manter a expectativa que se vive em Moçambique em mais um ano de busca da paz, Eleições Gerais e da Decisão Final de Investimentos dos bilionários projectos de exploração de gás natural existente em Cabo Delgado.

Banco Mundial previu que economia em Moçambique

"continua a enfrentar a

recessão que se seguiu à crise

da dívida"

Contudo um banqueiro entrevistado explicou que enfim "batemos no fundo em 2018" e

daqui em diante iniciará a retoma da economia. A fonte, que falou sob a condição de anonimato, acrescentou que grandes fluxos de divisas deverão entrar na economia moçambicana nos próximos meses, em resulta-

diante voltará a subir.

Para o Banco Mundial, que previu um crescimento tão baixo, diagnosticou em meados de 2018 que "Dois anos após as revelações das dívidas ocultas que

Figura 1: Prevê-se que o crescimento do PIB irá diminuir ligeiramente em 2018...

Contribuição Anual para o Crescimento (%), 2012-18



do da Decisão Final de Investimento da Anadarko, que lidera o consórcio que vai explorar o gás natural existentes na Área 1 da Bacia do Rovuma. Porém a má notícia para as famílias é que a inflação terá já atingido o seu valor mais baixo e daqui em

desencadeará uma crise económica significativa, Moçambique está a começar a emergir de um período de elevada volatilidade macroeconómica".

"O crescimento do PIB caiu para uma média de 3,8 por cento

mentos tivessem aumentado ao mesmo ritmo. Também assinala a redução da capacidade de contributo do sector privado para o crescimento, bem como a reduzida capacidade da economia para gerar um volume suficiente de empregos."

De acordo com José Barata Henriques, director de Projectos da empresa Águas da Região de Maputo (Adem), esta iniciativa visa aliviar a sobrecarga do principal sistema de abastecimento de água às cidades de Maputo e Matola e a vila de Boane, a partir do Rio Umbeluzi.

Trata-se, conforme explicou o director de projectos, de uma solução identificada no contexto da gestão da escassez da água na barragem dos Pequenos Libombos, de onde sai a água que vai à Estação de Tratamento de Água de Umbeluzi, devido à seca que se regista nos últimos anos.

"A conexão de conduta de Intaka reforça a capacidade de abastecimento da zona norte da cidade

Cidadão dispara mortalmente contra seu vizinho na Matola

Um homem cuja identidade não apurámos morreu vítima de disparo efectuado pelo seu vizinho, na semana passada, no município da Matola, província de Maputo, disse o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM).

Texto: Redacção

Sem avançar detalhes sobre a identidade da vítima, nem as causas que levaram à tragédia, aquela instituição do Estado fez saber que o crime ocorreu no dia 17 de Fevereiro em curso, no bairro Tchumene 1.

Em comunicado de imprensa enviado ao @Verdade, a PRM – esta terça-feira não concedeu o habitual briefing à imprensa – explicou que o homicídio é um moçambicano de 36 anos de idade, que responde pelo nome de M. Davide.

Consumado o acto, o visado abandonou a pistola de calibre 7.65 milímetros, com dois carregadores contendo 49 munições, num condomínio naquele bairro.

A vítima morreu no Hospital Provincial da Matola (HPM).

Ainda no município da Matola, as autoridades policiais recuperaram 61 munições de AK-47, achadas por um cidadão de 36 anos de idade, identificado pelo nome de C. Chambe, quando fazia escavações para erguer um muro de vedação da sua casa. O facto aconteceu no dia 18 do mês em curso, no bairro de Khongolote.

No bairro de Intaka, na Matola, a PRM deteve, na última sexta-feira (22), dois cidadãos por porte ilegal de uma arma de fogo de tipo AK-47, com o número viciado e sem munições no carregador.

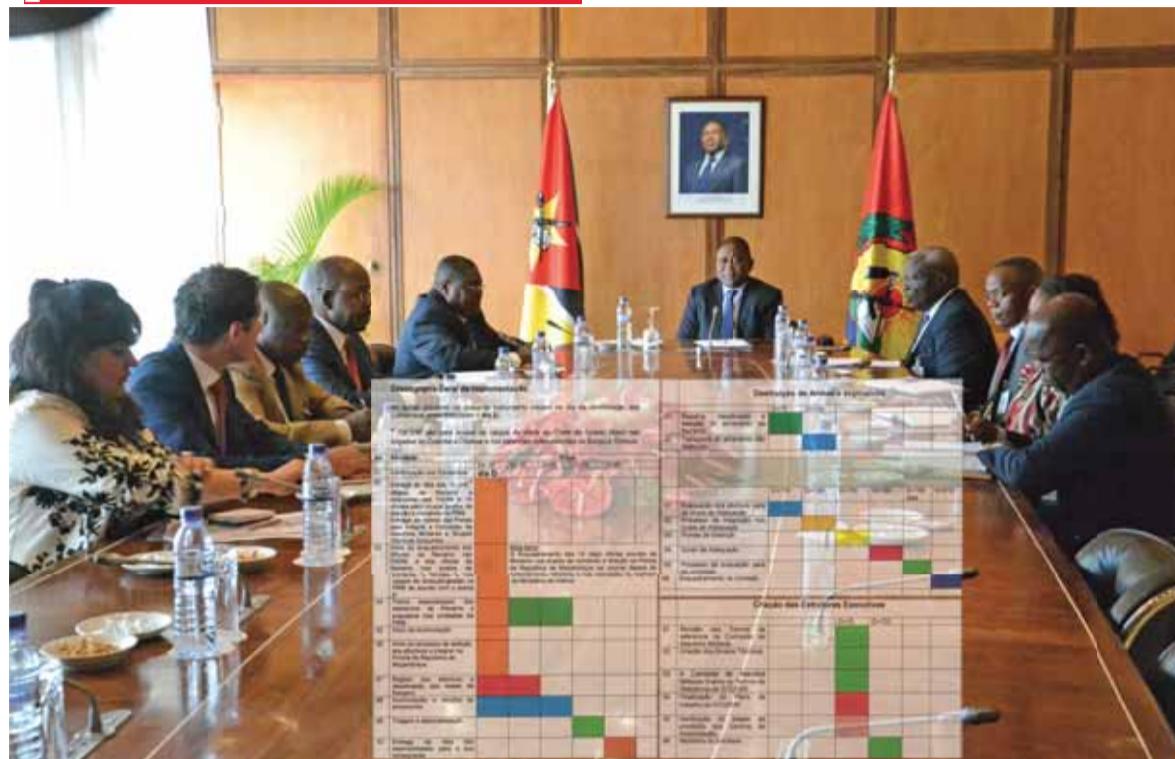
Trata-se de S. Tembe, de 30 anos de idade, e E. Macuácuia, de 22 anos. Este último está afecto aos Serviços Cívicos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Nyusi e Momade querem novo Acordo de Paz “o mais cedo possível” mas DDR está atrasado pelo menos seis meses



O Chefe de Estado, Filipe Nyusi, e o líder do partido Renamo, Ossufo Momade, encontraram-se nesta quarta-feira (27) pela primeira vez na Presidência da República, em Maputo, para acelerar o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos militares do partido de oposição que tem atrasadas 17 das 22 actividades acordadas em Agosto de 2018. Apesar do atraso de cerca de seis meses os dois beligerantes concordaram “em concluir a fase principal que culmina com um Acordo de Paz que marca a Cessação Definitiva das Hostilidades, o mais cedo possível”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidência da República

continua Pag. 10 →

Mulher é presa sob acusação de prostituir meninas em Maputo

Uma cidadã de 32 anos de idade está detida, na capital moçambicana, suspeita de aliciar e reunir adolescentes de 16 anos de idade na sua residência para a prostituição. Para concretizar os seus objectivos, a jovem drogava as vítimas mas ela negou, categoricamente, os actos que lhe são imputada.

Texto & Foto: Emílido Sambo

A prisão da visada aconteceu no bairro de Mafalala, onde vive. Ela foi apresentada à imprensa, na manhã desta quarta-feira (27), na 12ª. esquadra, pela Polícia da República de Moçambique (PRM).

Uma das crianças resgatadas na casa da acusada confirmou ter sido forçada a manter relações sexuais com dois homens, os quais pagaram cada um 300 meticais.

A menina, que se identificou pelo nome de M. Mariquel, 16 anos de idade, vive no bairro de Khongolote, município da Matola.

A adolescente alegou que conheceu a senhora por intermédio de uma amiga. “No primeiro dia em que fui à casa dela apenas conversamos (...). No segundo dia, ela quis que eu fosse à cama com um tio, mas neguei. Ela ofereceu-me um refresco e depois de tomá-lo adormeci”.

A menina disse que não sabe o que se passou enquanto dormia, mas o certo é que, no dia seguinte, A. Cossa obrigou as outras miúdas e a praticarem devassidão

sexual com alguns homens que frequentavam a sua casa.



“Fiquei lá um mês até ser resgatada pela Polícia na segunda-feira (25). Ali fumava-se soruma e algumas pessoas injectavam-se”, explicou a adolescente que, segundo o seu tio, J. Mariquel, no ano passado perdeu o período de frequência escolar – vulgo PPF – na 8ª. classe.

A dado momento da entrevista a jornalistas, a voz da menina enfraqueceu ao lembrar-se do tempo em que esteve sujeita a maus-tratos até ser resgatada. As lágrimas abundaram nos seus olhos, como sinal de dor, mas ela

não conseguiu desprendê-las.



A. Cossa, admitiu que conhece a menina e errou ao oferecer-lhe abrigo e a suas amigas sem primeiro articular com a família delas e com a instituição que tem como função garantir a segurança e a ordem públicas e combater infracções à lei.

Porém, negou que tenha forçado a ela e as amigas a prostituir-se. “É mentira. Nunca fiz isso.”

continua Pag. 10 →



→ *continuação Pag. 09 - Nyusi e Momade querem novo Acordo de Paz "o mais cedo possível" mas DDR está atrasado pelo menos seis meses*

"Os dois Líderes comprometeram-se a honrar todos os compromissos assumidos no âmbito do Memorando de Entendimento, tendo instruído as suas equipas de trabalho a acelerarem a implementação do cronograma de actividades nele previstas", informa a Presidência da República através de um comunicado de imprensa, relativamente ao primeiro encontro entre os líderes em 2019.

e Reintegração (GTCDDR); Início do enquadramento dos Oficiais da Renamo nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

No encontro desde que foi legitimado como presidente do maior partido de oposição em Moçambique, Momade "asegurou que serão, em breve entregues as listas do seu pessoal a integrar na Polícia da República de Moçambique



Porém o @Verdade verificou que somente quatro e meia das 22 actividades acordadas a 3 de Agosto de 2018 foram realizadas. A Confirmação dos Consensos; a Entrega de lista dos 10 (+4) oficiais da Renamo a enquadrar nas FADM e 10 oficiais para ocupar postos de direcção e comando na PRM, Entrega de nomes das partes para integrar a Comissão de Assuntos Militares e Grupos Técnicos Conjuntos; Revisão dos Termos de referencia da Comissão de Assuntos Militares; Criação dos Grupos Técnicos; A Comissão de Assuntos Militares finaliza os Termos de Referência do Grupo Técnico Conjunto para o Desarmamento, Desmobilização

(PRM)", acção que deveria ter acontecido em Agosto de 2018 e tem estado a atrasar a implementação do Memorando de Entendimento sobre os Assuntos Militares que prevê como integrante da terceira actividade o enquadramento de dez oficiais da Renamo nos postos de comando e direcção e nos cargos de direcção/gestão na PRM.

Contudo, e como não houve conferência de imprensa, o @Verdade não conseguiu apurar se já foi alcançado um entendimento referente a colocação dos homens da Renamo na orgânica do Ministério do Interior, condição sine qua non acordada entre Nyusi e Momade.

→ *continuação Pag. 09 - Mulher é presa sob acusação de prostituir meninas em Maputo*

Para sobreviver faço tranças de cabelo. Ela não era a única na minha casa, havia outra menina que fugiu quando o pai disse que vinha buscá-la e eu não acolhia só meninas".

Num outro diapasão, a mulher disse que só via M. Mariquel durante o dia na sua casa, supostamente porque "ela passava noites em casa do namorado".

Por sua vez, J. Mariquel, 36 anos de idade, residente em Khongolote, começou por desmentir a própria sobrinha e a mulher indiciada, dizendo que elas mantêm contacto há muito tempo. De há tempos a esta parte, a menina, órfã de pais, não tem tido bom comportamento e desaparece de casa com frequência.



"Este assunto é antigo. No ano passado, descobri que a minha sobrinha vivia em casa daquela senhora [A. Cossa] e resgatei-a. O último sumiço dela foi há duas semanas e senhora que a prostituía era nos

savizinha na Mafalala. A minha sobrinha e as amigas eram drogadas e obrigadas a manter relações sexuais com várias pessoas", contou o homem.

Leonel Muchina, porta-voz do Comando da PRM, em Maputo, disse que a indiciada recrutava meninas de 16 anos para exploração sexual. Ele assegurou que pelo menos quatro raparigas teriam sido vítimas.

A ofensora "coagia as miúdas a manterem cónpula com indivíduos previamente seleccionados a troco de 300 metálicos para o benefício próprio", narrou o agente da lei e ordem, ajoutando que, para além das declarações da ofendida, houve denúncias de populares.



De acordo com o porta-voz da PRM, tudo leva a crer que a cidadã em causa está envolvida na prática de exploração sexual. Assim, o processo já foi lavrado e será remetido a outras instâncias para os devidos efeitos.

Terceiro Acordo de Paz para selar cessação definitiva das hostilidades antes das Gerais

Após Ossufo Momade fornecer a lista dos seus homens que deverão ser enquadrados na Polícia da República de Moçambique esses militares ainda terão de passar por um treino especializado, seguido pela sua acomodação e do início do processo de selecção, pelo menos tendo em conta o Memorando de Entendimento que prevê outras 14 actividades antes que a Paz efectiva torne-se numa realidade.

Já deveria ter acontecido, até um mês após os consensos, o registo dos efectivos e desactivação das bases da Renamo ao que se seguiria, num prazo de 55 dias, a sua acomodação e recolha do armamento. Até Outubro passado deveria ter sido realizada a triagem e desmobilização dos homens da Renamo para que em Novembro ou Dezembro estivesse pronta a lista dos desmobilizados para a sua reintegração.

Paralelamente deveria ter ficado concluído o plano de trabalho do Grupo Técnico Conjunto para o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração que iria verificar o estado de prontidão dos Centros de Acomodação e seria iniciado o processo de recolha, classificação e selecção do armamento da Renamo.

Enquanto isso, em Dezembro de 2018, os efectivos do partido Renamo deveriam ter sido evacuados para os locais de adequação e o armamento da Renamo que não tivesse sido destruído

todos os dias

FACTOS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com

seria transportado para as arrecadações temporárias sob a responsabilidade do GTCDDR e do comandante de cada centro.

Em Janeiro de 2019 deveriam ter sido realizadas provas de selecção dos homens da Renamo que irão ser enquadrados na Polícia da República de Moçambique, iriam ser submetidos a cursos de adequação e este mês estariam a ser evacuados para as respectivas unidades.

A última actividade, antes da cessação definitiva das hostilidades, que será selada através de um novo Acordo de Paz, o terceiro depois de Roma em 1992 e de Maputo em 2014, será o enquadramento efectivo dos militares da Renamo em Unidades da PRM.

Mas apesar do que está escrito e rubricado no Memorando de Entendimento sobre os Assuntos Militares, o Presidente da República e os militares da Renamo, em ocasiões diferentes, tem recordado que existem assun-

tos combinados entre Nyusi e Dhlakama que são precisos materializar para que a Paz.

Aliás Ossufo Momade, tal como o falecido Afonso Dhlakama, sempre enfatizaram a necessidade de integrar os homens do partido Renamo também nos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE), o que não está previsto no documento rubricado em Agosto de 2018.

Do encontro desta quarta-feira (27) também não ficou claro que em que velocidade serão acelerados os passos acordados no Memorando de Entendimento que previa que o novo Acordo de Paz seria rubricado em Abril de 2019.

No entanto, tal como em 2014 Armando Guebuza e Afonso Dhlakama chegaram a entendimento antes das eleições, o @Verdade entende que "o mais cedo possível" de Filipe Nyusi e Ossufo Momade deverá ser antes de 15 de Outubro, data das próximas Eleições Gerais em Moçambique.



Irá o partido Frelimo manter o Sheik à frente da CNE?

A sucessão, ou recondução, do Sheik Abdul Carimo Nordine na liderança da Comissão Nacional de Eleições (CNE) será um dos pontos mais interessantes da agenda da IX Sessão ordinária da Assembleia da República que inicia nesta quinta-feira (28) em Maputo, e deve encerrar a 23 de Maio.

O mandato do clérigo muçulmano que entrou para a CNE supostamente proposto pela Sociedade Civil, que não o reconheceu, termina este em Maio próximo. Sendo certo que em equipa que garante vitórias não se mexe será interessante descobrir se o partido Frelimo mantém confiança em Abdul Carimo Sau que em 2013 substituiu João Leopoldo da Costa cuja candidatura para um 2º mandato também esteve envolta em polémica com a Sociedade Civil que alegadamente o propunha.

Contudo para além da eleição dos Membros da CNE que vão dirigir umas das mais acirradas pleitos na história da jovem democracia moçambicana a penúltima sessão desta Legislatura deverá debruçar-se sobre outros 29 pontos dos quais destacam-se a eleição do



substituto de Eneas Comiche, agora edil da Cidade de Maputo, na presidência da Comissão do Plano e Orçamento e a apreciação das novas normas sobre a governação descentralizada que cruciais para a Eleição General de 15 de Outubro deste ano.

As provas orais onde o Governo tem passagem automática, a chancela da sempre problemática Conta Geral do Estado, a Eleição de seis Membros do Conselho Constitucional, as eleições dos Membros do Conselho Superior da Magistratura

Judicial e ainda da Magistratura Administrativa são outros pontos na agenda dos representantes do povo que vão novamente escutar Beatriz Buchill discorrer sobre a Justiça sem no entanto apresentar os resultados ansiados.

As revisões do Código de Execução de Penas, do Código do Processo Pena e do Código Penal são importantes matérias a serem merecerem a atenção dos deputados as quais se juntam propostas de novas legislações para o Funcionamento do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, da Actividade de Segurança Privada, de Transplante de Órgãos, Tecidos e Células Humanas e ainda uma nova lei para coartar ainda mais o funcionamento das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique.

**OTM-Central
Sindical
quer acções
"extraordinárias"
para parar ataques
em Cabo Delgado**

A Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM-Central Sindical) entende que "se nada de extraordinário não for feito" para parar os ataques armados perpetrados por grupos armados na província de Cabo Delgado, a perda de investimentos será maior e os efeitos negativos na economia nacional serão igualmente incalculáveis.

Texto: Emílio Sambo

Números oficiais sugerem que mais de 200 pessoas já foram assassinadas desde que a onda de violência começou nos distritos de Mocímboa da Praia, Nangade, Macomia e Palma, no dia 05 de Outubro de 2017. Várias residências da população foram também destruídas, algumas delas com recurso a incêndio.

Dante desta situação, Damião Simango, da OTM-Central Sindical, disse, em representação do secretário-geral daquela agremiação, Alexandre Munguambe, que se o Governo não fizer coisa nenhuma, "corremos o risco de perder grandes investimentos".

A fonte, que falava na quinta-feira (28), em Maputo, na abertura da I Sessão Plenária da Comissão Consultiva do Trabalho (CCT), ajudou que se persistir a falta de um plano para debelar os mesmos ataques mais moçambicanos continuarão a morrer.

"Vamos perder postos de trabalho, o país vai perder a oportunidade de alavancar a sua economia e o seu desenvolvimento", disse Damião Simango, para quem a suspensão de obras por parte de investidores em Cabo Delgado deve constituir preocupação e, acima de tudo, um sinal de que se está "perante um assunto muito sério".

Quem também não tem ficado indiferente perante esta situação é o Presidente da República, Filipe Nyusi. Esta semana, ele exigiu que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) tenham acções vigorosas capazes de eliminar, com urgência, os grupos extremistas que criam instabilidade em alguns distritos daquela parcela do país.

O Chefe do Estado falava na segunda-feira (25), na Escola Prática da Polícia da República de Moçambique (PRM), em Matalana, distrito de Marracuene, província de Maputo, a cerimónia de encerramento de cursos de especialização de diferentes ramos policiais.

**Moçambicano Sídio Mugadza banido do futebol
pela FIFA por corrupção, caso "não tem nada a ver com a Federação Moçambicana de Futebol"**



A FIFA considerou que o cidadão moçambicano Sídio José Mugadza "é culpado de ter recebido subornos" e decidiu banir-lo do futebol durante 15 anos. "Sei que houve uma coisa com a Tailândia ou algo assim, mas muito antes de nós chegarmos" explicou ao @ Verdade Alberto Simango Jr. No entanto ex-timoneiro do futebol no nosso país, Faizal Sidat, garantiu: "Não tem nada a ver com a Federação Moçambicana de Futebol".

Texto: Adérito Caldeira • Foto: facebook de Sídio Mugadza

continua Pag. 12 →

Salário mínimo em Moçambique está longe de dar dignidade ao trabalhador e à sua família, segundo OTM-Central Sindical

A Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM-Central Sindical) voltou a bater na mesma tecla em relação ao facto de o poder de compra das famílias ter se deteriorado ao longo dos anos, como resultado da disparidade entre o aumento salarial e o custo de vida. Realçou ainda que quando os trabalhadores lutam pelos honorários que consideram justos procuram a dignidade das suas famílias e não salários chorudos.

Texto & Foto: Emílio Sambo

Segundo o representante daquela agremiação, Damião Simango, o custo de vida é muito elevado e o grosso dos trabalhadores não está em condições de enfrentá-lo, uma vez que a sua renda é muita baixa.

mas sim, que possam comprar algo visível em benefício do trabalhador e da sua família", disse o interlocutor, deixando transparecer que o assunto em alusão tem gerado críticas durante as conversações.

trárias aos interesses da massa laboral, nem "uma oportunidade para demonstração de atitudes de má-fé".

Damião Simango falava na quinta-feira (28), em Maputo, durante o início dos trabalhos da Comissão Consultiva de Trabalho (CCT), uma plataforma que junta o Governo, os sindicatos e a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA).

Anualmente, os novos salários mínimos por sector de actividade são anunciados em Abril, como desfecho das negociações entre as partes acima referidas.

Simango enfatizou que a discussão para a fixação de novos ordenados mínimos acontece numa altura em que o país está a fazer o balanço económico-social de 2018, pro-

continua Pag. 12 →



"Esta é a mensagem a ser levada à mesa de negociações. Não estamos à procura de salários altos,

"As regras já estão definidas e são de domínio de todos", por isso, as negociações não devem ser con-



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 11 - Moçambicano Sídio Mugadza banido do futebol pela FIFA por corrupção, caso "não tem nada a ver com a Federação Moçambicana de Futebol"

"A câmara adjudicatória do Comitê de Ética independente apurou que o Sr. Sídio José Mugadza, funcionário da Federação Moçambicana de Futebol (FMF), é culpado de ter recebido subornos em violação do Código de ética da FIFA", refere um comunicado do órgão que gere o desporto rei recebido pelo @Verdade e que indica que a investigação contra o cidadão moçambicano "foi aberta a 11 de Julho de 2018".

O documento acrescenta que: "Na sua decisão, a câmara adjudicatória apurou que o Sr. Mugadza violou o artigo 11 (corrupção) da edição de 2009 do Código de Ética da FIFA e baniu-lhe por 15 anos de todas actividades relacionadas com o futebol (administrativas, desportivas e outras) a nível nacional e internacional. Adicionalmente uma multa de 3 mil francos suíços (cerca de 185 mil meticais) foi imposta ao Sr. Mugadza".

O @Verdade tentou sem sucesso contactar Sídio José Mugadza no entanto confirmou tratar-se de um funcionário da FMF há mais de uma década. "É um funcionário ligado a coordenação das actividades da Federação para Alta Competição, uma espécie de coordenador. Era um administrativo que lidava com assuntos de

dentro e fora do país, elo de ligação com a CAF e a FIFA" precisou Alberto Simango Jr. que deixou claro que "esse é um assunto de muito antes do nosso tempo cá".

Sídio Mugadza era sub-contratado pela FIFA

"Sei que houve uma coisa com a Tailândia ou algo assim, mas muito antes de nós chegarmos", acrescentou em entrevista telefónica Simango Jr. que além de presidir a Federação Moçambicana de Futebol é membro do Comitê de Ética da FIFA.

Também telefonicamente o @Verdade falou com o antigo presidente da FMF, Faizal Sidat, que foi peremptório: "Não tem nada a ver com a Federação Moçambicana de Futebol".

"O assunto é pessoal dele" declarou Sidat recordando que desde o tempo em que dirigia o futebol em Moçambique Sídio José Mugadza era sub-contratado pela FIFA, "o Sídio foi bastante utilizado desde 2009 em trabalhos da FIFA".

"Ele era inspector de campos e inspecções do género, sei que ainda na semana passada esteve no Zimbabwe para um trabalho da FIFA", precisou ao @Verdade o antigo



presidente Federação Moçambicana de Futebol.

todos os dias

FACTOS

A verdade em cada palavra.

www.verdade.co.mz

facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz

Email: averdademz@gmail.com

Sindicatos asiático de match-fixing

O @Verdade apurou que a condenação de Sídio Mugadza segue-se a de outros dois homens do futebol africano envolvidos em casos de corrupção relacionados com a combinação de resultados.

Ao contrário do moçambicano foram suspensos para toda a vida para um dirigente do futebol zambiano, Boniface Mwamelo, e um árbitro da Tanzânia, Oden Charles Mbaga.

Estes casos de corrupção estarão de alguma forma interligados a um dos sindicatos asiático de match-fixing recentemente desmascarado e que durante vários anos comprovou jogadores, árbitros e dirigentes para garantir resultados ajustados às suas apostas.

As apostas desportivas que começaram a existir recentemente em Moçambique, particularmente em casas de apostas legais na cidade de Maputo, nem de longe comparam-se as casas de apostas ilegais existentes na Ásia onde a sorte não se fica pelo resultado do jogo mas pode-se apostar no número de pontapés de canto, cartões amarelos, quem inicia a partida e até mesmo na moeda ao ar lançada pelo árbitro para a escolha de campo.

→ continuação Pag. 11 - Salário mínimo em Moçambique está longe de dar dignidade ao trabalhador e à sua família, segundo OTM-Central Sindical

cura estancar a prevalência dos ataques praticados em Cabo Delgado, gere a situação das dívidas ilegais e os respectivos processos judiciais em curso, "as calamidades naturais e cíclicas, o custo de vida e o índice cada vez mais alto de desemprego".

Ele apelou para que a revisão da Lei no. 23/2007, de 1 de Agosto (Lei do Trabalho), iniciada ano passado, possibilite que se tenha um documento neutro, isento, claro e abrangente. "Queremos uma lei que, efectivamente, regule as relações laborais, promova a produtividade e legalidade laboral".

O presidente da Política Laboral e Acção Social na CTA, António Sousa, queixou-se do facto de as negociações do salário mínimo estarem à porta sem que os dados macro-económicos e do Plano Económico e Social (PES) de 2018 estejam consolidados.

Aliás, ele fez saber que o Governo só disponibilizou uma síntese do PES referente a três trimestre (até Setembro) do ano anterior.

Assim, com a falta de informação de todo o ano será difícil "evitar as disparidades que acontecem noutros anos e que dificultam a discussão" em torno do reajuste do vencimento mínimo no país.

Em 2018, as empresas foram bastante afectadas pela inflação, re-

dução de companhias a aquisição de matérias para a sua produção, aumento exponencial do custo de energia, combustível, água, recursos indispensáveis para as empresas.

Para Naftal Simbine, porta-voz da Confederação dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSIMLO), o CCT devia adoptar mecanismos conjuntos sobre o futuro dos trabalhadores.

Ele apelou para que tudo o que for discutido sobre e para a massa laboral que tenha em conta o "Moçambique real".

Por sua vez, a Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), Vítoria Diogo, apelou para que as negociações do salário mínimo "decorram com responsabilidade, serenidade, disciplina e boa-fé".

Ela disse que a CCT deste ano coincide com o fim do mandato do actual Executivo e o aprofundamento da descentralização administrativa, o que impõe desafios ao diálogo social.

Para a governante, o processo negocial não tem vencedores nem vencidos, "é de cedências". A matéria salarial é "delicada ou mesmo sagrada", porquanto "trata da vida de milhares de trabalhadores".

Moçambique "está no banco dos réus por culpa do Partido que Governa desde 1975", Movimento Democrático de Moçambique

"Este país está no banco dos réus por culpa do Partido que Governa desde 1975", afirmou Lutero Simango discursando nesta quinta-feira (28) na abertura da penúltima Sessão Ordinária da VIII Legislatura da Assembleia da República onde recordou do imperativo que é aprovar a Lei do Regime Orgânico do Referendo: "O povo podia ser consultado na base de Referendo para se pronunciar sobre as dívidas ocultas, Pagar ou Não Pagar!"

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Assembleia da República

Para o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) as detenções que aconteceram relacionadas com as dívidas ilegais das empresas Proindicus, EMATUM e MAM colocaram o mundo "a julgar o sistema judiciário moçambicano e seu sistema político".

"Reiteramos mais uma vez que os responsáveis e mentores da engenharia financeira das dívidas ocultas, ilegais e não autorizadas pela Assembleia da República devem ser criminalmente responsabilizados e o Estado Moçambicano não deve assumir estas dívidas, isto é, o Povo Moçambicano não deve pagar. Estas dívidas não foram aplicados para o bem comum", declarou Simango.

O Chefe da Bancada parlamentar do MDM entende que o projecto de Lei que o partido apresentou há 2 anos responderia ao clamor popular: "Se este projecto tivesse sido aprovado, e estando em vigor, o povo podia ser consultado na base de Referendo para se pronunciar sobre as dívidas

ocultas, Pagar ou Não Pagar!

A não aprovação deste Projecto é uma negação de um direito básico, do Povo ser consultado, via referendo, sobre as grandes questões nacionais".



Lutero Simango exteriorizou a preocupação da terceira maior força política sobre o "terror que se vive em algumas zonas da Província de Cabo Delgado está a ganhar uma dimensão alarmante de instabilidade (...) Continuaremos a defender a urgência de restauração da tranquilidade e segurança as populações de Cabo Delga-

do assim como o estabelecimento de oportunidades sem discriminação e renovação da esperança".

O líder parlamentar vincou que o MDM defende "entidades descentralizadas com autonomia administrativa, financeira e patrimonial efectivas, em que os Governadores tenham poderes de facto e seus colaboradores sejam nomeados na base de confiança política", relativamente as proposta de lei que os deputados vão apreciar durante a IX Sessão Ordinária.

"As propostas leis ora depositadas com o intuito de materializar o processo da descentralização a luz da recente revisão pontual da Constituição da República não respondem cabalmente os pilares da democracia participativa, em que a soberania reside no Povo. As Propostas de leis obedecem uma nova lógica de descentralização administrativa sem pôr em causa o modelo de governação actual, que tem mostrado sinais de saturação", alertou Simango.

→ continuação Pag. 01 - Governo aceita mais 11 oficiais da Renamo no Exército, falta colocar outros 10 na PRM e o deadline para acordo final é Abril

A inclusão do pessoal do maior partido da oposição em Moçambique no Exército foi anunciada na terça-feira (25), dia em que o Presidente da República, Filipe Nyusi, prometeu, a partir da Escola Prática da PRM em Matalana, na província de Maputo, que ainda esta semana haverá progressos no diálogo político com vista ao alcance da apetecida paz efectiva e perdurable.

As nomeações para o Exército fazem parte de uma lista de “14 oficiais superiores e generais” indicados para “dirigirem três departamentos do Estado-Maior General, uma brigada, dois batalhões independentes, quatro repartições do Exército, dois Estados-Maiores de Brigadas e dois batalhões independentes”, conforme a vontade da Renamo, expressa no “Memorando de Entendimento Sobre Assuntos Militares”.

6. Enquadramento dos Oficiais da Renamo nas FADM

O enquadramento é feito mediante a apresentação da lista pela Renamo dos oficiais cuja situação requer a devida regularização, tanto em termos de patente, como de afetação na orgânica das FADM. Os processos individuais dos oficiais constantes na lista, são objeto de estudo e avaliação pelo Grupo Técnico. Nos casos em que a formação dos oficiais se revele inadequada, será feita uma formação específica juntamente com outros oficiais de modo a se ajustarem as suas novas patentes e funções. O processo de enquadramento ocorre, inicialmente, em conformidade com os postos destacados em negrito no Anexo A, devendo continuar no Departamento de Pessoal do Estado Maior General (EMG) de acordo com os termos de referência e o cronograma.

O Enquadramento dos Oficiais da Renamo nas FADM deve ter uma duração não superior a 120 dias (D+120) após a confirmação dos Consensos. O enquadramento noutras unidades ocorre numa fase posterior à conclusão do processo previsto no Anexo A.

Saliente-se que os 10 oficiais da “perdiz” ainda por indicar, para as áreas de direcção e comando na PRM, materializar-se-á “depois do entendimento referente à sua colocação na orgânica do Ministério do Interior”, esclarece o “Memorando de Entendimento Sobre Assuntos Militares”, cuja materialização parece ocorrer a passos de camaleão, pois há seis meses da sua implementação mas os avanços publicamente conhecidos não são poucos.

Aliás, no dia 07 de Fevereiro em curso, o Grupo Técnico Conjunto de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (GTCDDR) reuniu, na cidade da Beira, província de Sofala, com o coordenador dos peritos internacionais, o brigadeiro Javier Pérez Aquino, e debateu os passos subsequentes para a concretização do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) do braço armado da Renamo.

Cronograma Geral de Implementação

As ações previstas no presente instrumento iniciam no dia da confirmação dos Consensos, entendido como o dia D.

* Os (+4) são para ocupar os cargos de chefe do Chefe de Estado Maior das brigadas de Cuamba e Chokwe e nos batalhões independentes de Songo e Chimolo.

No	Actividade	D+ 10	D+ 30	D+55	D+75	D+90	Prazo
C1	Confirmação dos Consensos						dia D
C2	Entrega da lista dos 10 (+4)* oficiais da Renamo a enquadrar nas FADM e 10 oficiais para ocupar postos de direção e comando na PRM. Entrega de nomes das Partes para integrar a Comissão de Assuntos Militares e Grupos Técnicos Conjuntos						
C3	Inicio do enquadramento dos Oficiais da Renamo, nas FADM, e dos oficiais da Renamo nos postos de comando e direção e nos cargos de direcção/gestão na PRM de acordo com o anexo A						Núcleo I
C4	Treino especializado dos elementos da Renamo a enquadrar nas unidades da PRM						
C5	Inicio da Acomodação						
C6	Inicio do processo de seleção dos efectivos a integrar na Polícia da República de Moçambique						
C7	Registo dos efectivos e desativação das bases da Renamo						
C8	Acomodação e recolha do armamento						
C9	Triagem e desmobilização						
C10	Entrega da lista dos desmobilizados para a sua reintegração						

Defendeu-se a necessidade de assinatura de “um acordo final de cessação das hostilidades e de paz até Abril de 2019, o mais tardar”.

Para o efeito, o GTCDDR considerou ser “essencial uma aderência rigorosa a este prazo por ambas as partes para manter a assistência contínua da comunidade internacional alargada, e garantir que as eleições gerais de Outubro de 2019 ocorreram numa atmosfera livre da ameaça de violência renovada”.

O @Verdade procurou, sem sucesso, ouvir a reacção do porta-voz da Renamo, José Manteigas, sobre as nomeações em questão.

Porém, em certo momento disse à Televisão Pública de Moçambique (TVM) que o partido ainda não foi formalmente notificado pelo Executivo, pelo que não sabe se o assunto constitui ou não verdade. A ser, satisfaz o acordo com a contraparte na mesa das negociações.

Empresários chineses analisam oportunidades de negócio em Moçambique

O Standard Bank e o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) analisaram, recentemente, em Maputo, com os empresários chineses que operam em Moçambique, as oportunidades de negócio que o nosso País oferece, assim como identificaram soluções que permitam uma melhor disponibilização do conhecimento ao serviço dos investidores.

Promovido pelo Standard Bank, sob o lema “Elevando a parceria China-Moçambique a novos patamares”, o workshop coincidiu com o culminar das celebrações do ano novo chinês, o ano do Porco, e constituiu, também, uma janela de oportunidades para os agentes económicos moçambicanos interessados em explorar as oportunidades existentes no corredor China-Moçambique.

No encontro, o administrador delegado do Standard Bank, Chuma Nwokocha, enalteceu a parceria que esta instituição bancária mantém com o ICBC, há 10 anos: “Ao longo deste período, temos cooperado em várias iniciativas, tanto em Moçambique como em todo o continente africano, para impulsionar o comércio entre os povos”, disse.

Fruto dessa parceria, conforme sublinhou Chuma Nwokocha, o Standard Bank criou, no ano passado, oportunidades de interacção entre empresários moçambicanos e chineses, através das conferências transregionais realizadas na Nigéria e, na Ásia, na cimeira de Beijing.

“Estas conferências transregionais resultaram no estabelecimento de várias par-



cerias, avaliadas em mais de 60 biliões de dólares norte-americanos, entre empresários dos dois continentes”, frisou o administrador delegado destacando que o Standard Bank está bastante focado no desenvolvimento de Moçambique.

Num outro desenvolvimento, o gestor sénior do Standard Bank considerou que o banco que dirige constitui a casa dos empresários chineses em Moçambique, razão pela qual o banco criou, na sua sede, em Maputo, um espaço especialmente dedicado ao atendimento de empresários chineses.

“O atendimento é feito por gestores oriundos da China e com conhecimentos profundos da cultura chinesa. Estes

têm larga experiência bancária e estão aptos para oferecer o melhor aconselhamento empresarial, bem como indicar as soluções financeiras mais ajustadas às necessidades de cada investidor chinês”, sustentou.

Em 2008, o Banco Industrial e Comercial da China tornou-se no maior accionista do Grupo Standard Bank, com 20 por cento de acções.

Sun Gang, representante adjunto do ICBC, indicou que o banco chinês teve um papel preponderante no financiamento de um importante projecto ligado ao sector do gás natural liquefeito, em Moçambique.

Para Sun Gang, existe uma série de oportunidades de negócio para a comunidade empresarial chinesa em Moçambique: “O sector do Petróleo e Gás constituiu uma grande oportunidade, mas também pretendemos ajudar no desenvolvimento de negócios nas áreas de Energia e Infraestruturas”, indicou, acrescentando que “temos um grande número de investidores chineses em Moçambique e juntamo-nos ao Standard Bank, para que consigamos financiar os seus projectos e, desta forma, comparticipar no crescimento de Moçambique”.

→ continuação Pag. 01 - INAE alerta sobre venda de tóneres e filtros de carros falsificados

car as quantidades apreendidas, supostamente porque os produtos em questão estão em processo de triagem, o dirigente lembrou que a contrafáccao é um problema muito maior do que as pessoas imaginam.

Na sua opinião, os tóneres falsos prejudicam as imprensadoras, enquanto os filtros para carros, igualmente contrafeitos, não podem ser comercializados por representarem um perigo para as viaturas e podem ser a causa de alguns acidentes rodoviários.

No momento de comprar, é preciso (re)verificar até o que pode parecer genuínos, aconselhou a fonte, que fala à imprensa, na segunda-feira (25), em Maputo, no balanço das actividades desenvolvidas pela INAE, de Janeiro último a Fevereiro corrente.

De acordo com Ali Mussa, a instituição a que está afecta fiscalizou 1.201 estabelecimentos comerciais, dos 1.577 que tinham sido planificados.

Durante o processo, foram detectadas as anomalias de costume: o exercício ilegal de actividade, a falta de afixação de preços, a ausência de higiene, a venda de produtos sem qualidade para o efeito ou com prazo expirado para o consumo humano.

No que ao cimento diz respeito, o interlocutor disse que o produto é vendido em condições impróprias e exposto a intempéries, o que pode concorrer para a alteração das suas propriedades e, por conseguinte, colocar em causa a consistência de determinadas construções.

Num outro desenvolvimento, Ali referiu-se a um “esquema sofisticado” de comercialização de livros escolares de distribuição gratuita. Ele não forneceu detalhes sobre o assunto, porquanto está em curso uma campanha que visa o desmantelamento do circuito.

Nos próximos dias, a INAE vai incinerar vários fonogramas e videogramas confiscados porque a produção é considerada ilegal e lesiva aos direitos de autor das obras contrafeitas.

Mundo

Violência em eleições na Nigéria deixa dezenas de mortos, dizem observadores

Até 35 pessoas foram mortas em meio à violência desencadeada pelas eleições na Nigéria, informaram neste domingo grupos da sociedade civil, depois que eleitores se dirigiram às urnas para votar em uma acirrada disputa entre o presidente Muhammadu Buhari e o empresário Atiku Abubakar.

Texto: Agências

Os grupos disseram que o número de mortos durante a maior eleição da África superam os da disputa 2015, que foi amplamente considerada tranquila, exceto por um ataque do Boko Haram que matou mais de uma dúzia de pessoas. Votações anteriores foram marcadas por violência e manipulação de votos.

Clement Nwankwo, convocador de uma entidade que representa mais de 70 grupos da sociedade civil, disse que 16 pessoas foram mortas pela violência que tomou conta de oito Estados, enquanto a consultoria SBM Intelligence citou 35 mortos. A polícia não respondeu imediatamente a ligações e mensagens de texto pedindo comentário.

Buhari, de 76 anos, ex-líder militar que busca um segundo mandato à frente da maior nação produtora de petróleo da África com uma plataforma anticorrupção, enfrenta Atiku, de 72 anos, ex-vice-presidente da Nigéria, que prometeu expandir o papel do setor privado.

Festus Okoye, uma autoridade da Comissão Nacional Eleitoral Independente, disse que algumas pessoas foram mortas nos estados ao sul do país de Rivers, Lagos e Oyo, mas não podia confirmar números. Algumas estações de votação permaneceram abertas neste domingo para permitir que mais nigerianos votassem, após a violência, atrasos na abertura de urnas e falhas de sistema em vários Estados interromperem o processo eleitoral no sábado.

Quase 73 milhões de eleitores votaram em uma eleição com mais de 70 candidatos presidenciais. Não estava claro quando os resultados da eleição seriam anunciados.

Por iniciativa do ICM e Gapi: Já há crédito para comercialização agrícola

Teve início, esta semana, a operacionalização da Linha de Crédito de Comercialização Agrícola (LCCA), lançada em Dezembro último, pelo Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) e pela Gapi.

Os primeiros créditos, num montante de cerca de 10.5 milhões de Meticais, já foram concedidos. As propostas de financiamento aprovadas são de empresas que operam em zonas rurais de Niassa, Tete e Nampula.

O Comité Directivo da LCCA está a priorizar as empresas actuando nas zonas fronteiriças, para que a produção nacional de alimentos permaneça em território nacional.

A comercialização de produtos alimentares, com destaque para milho e feijão e com impacto em comunidades rurais no distrito de Doa, em Tete, é uma das operações comerciais priorizadas pelo Comité da LCCA.

Este financiamento vai beneficiar mais de 10 mil famílias, residentes em comunidades como Cachere, Mara, Michone, Sabgombá, Manoriza, Missocossa e Thapo no distrito de Doa.

Outro beneficiário é uma empresa do Niasa, envolvida na indústria alimentar, que impulsiona a cadeia de comercialização de cereais no seio dos pequenos produtores naquela província, ajudando a criar uma rota para o mercado de seus produtos. A empresa possui uma fábrica de processamento de milho, com capacidade para processar duas toneladas por hora e que foi, recentemente, inaugurada pelo Chefe de Estado.

Com o crédito da LCCA, esta empresa acredita poder desenvolver um papel crucial na cadeia de valor de cereais do mercado local, sobretudo nos distritos de Lichinga, Mandimba, Maúa e Muembe, dado que "grande parte do milho processado e/ou transformado em farinha é comprado através de uma rede de comerciantes rurais que incentivam os produtores familiares a aumentarem a sua produção, visto que os mesmos passam a ter um mercado seguro para comercializar os seus produtos".

Explosão de carro-bomba no leste da Síria deixa pelo menos 20 mortos

Pelo menos 20 pessoas morreram nesta quinta-feira na explosão de um carro-bomba na área de Shahil, na província de Deir Zor, durante a passagem de um comboio no qual viajavam engenheiros de petróleo, segundo informou o Observatório Sírio de Direitos Humanos.

Texto: Agências

O Observatório indicou que entre os mortos há pelo menos seis membros das Forças de Autodefesa curdas, que operam na zona administrada pelos curdos, e que o número de vítimas mortais pode aumentar porque há vários feridos em estado grave.

O atentado foi reivindicado pelo grupo jihadista Estado Islâmico (EI) em mensagem na rede social Telegram. Em um breve comunicado, o EI assegurou que seus "soldados" explodiram um carro-bomba contra uma patrulha das milícias curdas e mataram pelo menos 15 dos seus soldados.

"A batalha continua sendo dura, até a derrota dos exércitos cruzados", acrescentou o EI em referência às tropas estrangeiras presentes na Síria e seus aliados.

O Observatório registou nos últimos dias vários ataques contra as Forças

Neste momento, a empresa encontra-se focada na ampliação do seu mercado, para assegurar a absorção de grande parte do grão que acaba saindo do País de forma clandestina. Para garantir um melhor armazenamento e conservação dos seus produtos, está a usar os silos da Bolsa de Mercadorias de Moçambique.

Textos & Foto: www.fimde semana.co.mz
José Farinha, gestor de uma das empresas beneficiárias destas primeiras operações da LCCA, vem desenvolvendo a actividade de comercialização há vários anos, mas, segundo conta "não conseguia comprar cereais, numa quantidade que me permitisse alavancar rapidamente a minha actividade e beneficiar as comunidades do meu distrito, porque não tinha dinheiro suficiente".



Em Nampula, a empresa beneficiada é uma pequena agroindústria que se dedica à compra, processamento industrial e venda de farinha de milho e seus derivados. Esta empresa propõe-se cumprir com as normas governamentais, no âmbito da produção de alimentos enriquecidos, com base na farinha de milho e soja.

"Com o financiamento, vamos dinamizar a produção, através de duas linhas de processamento, sendo uma para produção de farinha de milho fortificada com capacidade de 20 toneladas por dia e outra para produção de papas enriquecidas, com base nas farinhas mistas de milho e soja, com capacidade de 4 toneladas por dia" – garante Chissungue Haje António, representante da empresa.

Na sua opinião, o surgimento da LCCA vai dinamizar a actividade dos produtores que, muitas vezes, viam a sua produção apoderar por falta de escoamento.

Além do financiamento à comercialização previsto na LCCA, o acordo entre o ICM e a Gapi contempla actividades de assistência técnica, com vista à criação e capacitação de operadores da comercialização agrícola e do agro-processamento de pequena e média dimensão. Estas actividades beneficiam de sinergias com programas como o ProMer, Agro-Investe, ProSul, entre outros que contam com a participação da Gapi e o apoio do Governo e de parceiros como o FIDA, BAD e Danida.

Mundo

Incêndio deixa pelo menos 70 mortos no Bangladesh

Pelo menos 70 pessoas morreram num grande incêndio que consumiu diversos prédios em um antigo bairro da capital de Bangladesh, afirmaram autoridades nesta quinta-feira, advertindo que o número de mortes pode aumentar à medida que bombeiros vasculham os escombros.

Texto: Agências

Regulações pouco firmes e a fraca aplicação de leis em Bangladesh têm sido frequentemente relacionadas a diversos grandes incêndios que têm deixado centenas de mortos no país nos últimos anos.

O pior incêndio da cidade desde 2012 aconteceu na noite de quarta-feira em um prédio de cinco andares, antes de se espalhar para estruturas próximas no bairro de Chawk bazar, partes do qual datam de mais de 300 anos atrás, na época do Império Mongol.

"Até agora, 70 corpos foram recuperados", disse à Reuters Julfikar Rahman, diretor do Serviço de Bombeiros e da Defesa Civil. "O número pode aumentar ainda mais à medida que a busca continua".

Pelo menos 12 das cerca de 50 outras pessoas levadas a hospitais estão em estado grave, acrescentou Rahman.

→ continuação Pag. 05 - Após ataque ao projecto de gás natural Governo reforça FDS no Norte de Cabo Delgado

tapata os malfeitos arremessaram contra uma viatura alguns disparos, que resultaram em ferimentos a dois técnicos da empresa Anadarko e ao nível da aldeia também registamos alguns danos em habitações e precisamente para aquela aldeia dois membros da comunidade", começou por afirmar em declaração à imprensa em Maputo o ministro do Interior que omitiu o assassinato e desmembramento de um trabalhador.

Jaime Basílio Monteiro, embora não admitindo explicitamente o descontrole da situação de terror que assola particularmente o Norte da província de Cabo Delgado, disse que o Governo "vai empenhar um conjunto de unidades das Forças de Defesa e Segurança para assegurar a protecção de todos os acampamentos e locais de trabalho das empresas petrolíferas e conexas".

"Nós estamos determinados a tudo fazer para que uma acto idêntico a este não volte a acontecer nem naquele teatro e muito menos noutras" declarou o ministro do Interior acrescentando que "temos convicção que consolidaremos o ambiente de segurança não apenas nos acampamentos mas também nos locais de trabalho destas empresas e outras conexas".

Entretanto durante o fim-de-semana relatos não confirmados oficialmente dão conta de três novos ataques. Um novo ataque aconteceu na aldeia de Matapata, no distrito de Palma, onde um cidadão foi morto a tiro e depois decapitado. Outro aconteceu na aldeia de Quelimane, próximo a fronteira com a Tanzânia, onde mais dois cidadãos foram assassinados a tiro e posteriormente decapitados. Um terceiro ataque aconteceu em Mucujo onde pelo menos quatro pessoas foram feridas.

A província de Cabo Delgado é alvo, desde Outubro de 2017, de ataques de insurgentes jihadistas que são apelidados pelos locais de "Al Shabaab", embora não tenham nenhuma ligação com o movimento homônimo da Somália, e que já causaram a morte de pelo menos três centenas de pessoas entre civis, militares e insurgentes.

Funcionários públicos expulsos por falsificação de vistos de trabalho em Maputo

Três funcionários afectos à Direcção do Trabalho, Emprego e Segurança Social da Cidade de Maputo (DTESSCM) foram expulsos do Aparelho do Estado por envolvimento em esquemas de emissão de vistos de trabalho para cidadãos de nacionalidade estrangeira.

Texto: Redacção

Uma funcionária foi expulsa na semana passada, após o Tribunal Administrativo (TA) concluir que a visada foi "protagonista principal" da viciação dos referidos vistos, segundo um comunicado enviado ao @Verdade.

Outros dois trabalhadores do Departamento do Trabalho Migratório (DTM), na DTESSCM, cujos processos também passaram pelo TA, foram despromovidos das suas categorias profissionais durante um ano cada.

Sobre eles pesa o crime de viciação de quotas reservadas a trabalhadores estrangeiros nas empresas, facto que viola a Lei do Trabalho (Lei nº23/2007, de 1 de Agosto) e o regulamento relativo aos Mecanismos e Procedimentos de Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira.

O documento a que nos referimos explica que a Lei do Trabalho estabelece que uma empresa de pequena dimensão é aquela que tem de 1 a 10 trabalhadores. Destes, só pode empregar 10%, ou seja, apenas 1 estrangeiro.

Uma média empresa – que possui de 11 a 100 trabalhadores – pode recrutar cidadãos estrangeiros até 8%, enquanto as grandes empresas – com mais de 101 trabalhadores – podem empregar 5% do total.

Os crimes de que os empregados em alusão são indiciados eram cometidos em conluio com algumas empresas interessadas.

No ano passado, outros três funcionários estiveram envolvidos em fraude similar, que culminou na expulsão de uma técnica superior, um multado e uma outra ainda à espera de julgamento judicial, ajunta o comunicado.

CNE empossa órgãos de apoio às eleições gerais em Outubro deste ano

Onze presidentes das comissões provinciais de eleições foram empossados, na segunda-feira (11), na capital moçambicana, para apoiarem a Comissão Nacional de Eleições (CNE) a preparar a eleição do Presidente da República, dos deputados da Assembleia da República (AR) e dos governadores provinciais, no dia 15 de Outubro próximo.

Trata-se Ana Chemane, Jacinto Chemane e Gilberto Langa para a cidade e província de Maputo e Gaza, respectivamente.

Foram ainda investidos Agostinho Buque, para Inhambane; Simão Henrique, para Sofala; Januário Rocheque (Manica); Ussumane Cassamo (Tete); Emílio Supelo (Zambézia); Daniel Ramos (Nampula); Albino Pariela (Cabo Delgado) e Orlando Gove (Niassa).

Os governadores provinciais serão escolhidos pela primeira vez, em 26 anos de democracia no país, no âmbito da implementação da descentralização nos termos acordados entre o Governo e a Renamo.

O presidente da CNE, Abdul Carimo, disse que os empossados "devem estar alinhados com a causa e o compromisso do processo eleitoral".

"O vosso papel é garantir a realização de eleições e não dificultar este e aquele candidato", lembrou a fonte, apelando para que os membros façam valer o juramento de "servir fielmente ao Estado e à pátria moçambicana", bem como "dedicar todas as energias ao serviço do povo no exercício da funções que lhes foram confiadas".

De acordo com Abdul Carimo, os empossados devem ainda gerir o processo eleitoral e tomarem deci-

sões imbuídos de espírito de "paz, diálogo, tolerância, transparência e imparcialidade".

Nas suas actividades, eles devem ter sempre em conta a necessidade de "aprofundar a democracia multipartidária (...)".

Não pode haver expedientes atendidos segundo critérios de natureza partidária. "Se na tomada de decisões cingirem-se apenas na lei, "facilmente chegarão a consensos".

Refira-se que as comissões provinciais de eleições deverão empossar, por sua vez, os presidentes das comissões distritais de eleições.

Mundo

Tensão, violência, mortes e a ajuda humanitária não chegou à Venezuela

Várias mortes e camiões com alimentos e medicamentos incendiados marcaram o dia em que os apoiantes do presidente interino e o próprio Juan Guaidó tentaram fazer entrar na Venezuela a ajuda humanitária armazenada na Colômbia e no Brasil. Um dia de confrontos e violência, no qual pelo menos 23 polícias e militares venezuelanos decidiram desertar, deixando de apoiar o regime de Nicolás Maduro.

Existem versões diferentes sobre o número de mortes que resultaram dos confrontos. Enquanto algumas fontes confirmam apenas dois mortos, de acordo com a Foro Penal, organização não-governamental com sede em Caracas, quatro pessoas morreram este sábado, alegadamente alvejadas pelas forças de segurança venezuelanas, na cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén. Mais tarde, o deputado Juan Andrés Mejía confirmou a mesma informação.

Segundo ele, verificou-se "um massacre contra o povo indígena", que culminou em "quatro pessoas assassinadas e mais de 20 feridos por balas". Na véspera, os confrontos tinham feitos outras duas vítimas mortais na mesma região, que faz fronteira entre o Brasil e a Venezuela.

O encerramento das fronteiras da Venezuela, ordenado por Nicolás Maduro, elevou o clima de tensão ao longo do dia, com as pessoas a tentar saltar as barricadas para passar de um país para o outro e a ser repelidas pelos militares venezuelanos com gás lacrimogéneo e balas de borracha. Ao longo da tarde, pelo menos 23 polícias e militares venezuelanos decidiram desertar, deixando de apoiar o regime de Nicolás Maduro.

Números avançados pela autoridade de migração da Colômbia, que apontam para mais dez do que o balanço inicialmente divulgado. Respondiam assim ao pedido de Guaidó para que os militares do seu país se coloquem "do lado certo da história".

No Twitter, o Presidente interino publicou o momento em que recebeu os militares da Guarda Nacional Bolivariana venezuelana que desertaram. Sábado era a data limite anunciada pelo autoproclamado Presidente interino venezuelano para a entrada no país de 14 camiões e 200 toneladas de ajuda humanitária reu-

nida para a Venezuela, onde há falta de bens alimentares e medicamentos. Mas a operação não foi bem sucedida.

Por volta das 16.00, Juan Guaidó anunciou através do Twitter que o primeiro camião, de dois, com ajuda humanitária proveniente do Brasil entrara na Venezuela. "Anunciamos oficialmente que a primeira remessa de ajuda humanitária já entrou pela nossa fronteira com o Brasil", escreveu a partir da cidade colombiana de Cúcuta onde assistiu à partida dos camiões. Mas a informação não foi confirmada.

Dois dos quatro camiões que cruzaram a fronteira e se encontravam em território venezuelano terão sido incendiados, de acordo com a deputada da oposição Gaby Arellano, que acusa a polícia nacional bolivariana de atejar as chamas. Imagens da televisão venezuelana mostravam pelo menos um camião em chamas, enquanto algumas pessoas tentavam retirar as caixas de ajuda - alimentos e medicamentos - de outro veículo na ponte Francisco de Paula Santander.

Antes disso, Juan Guaidó tinha usado o Twitter para dizer que os camiões que viajavam da Colômbia já se encontravam na Venezuela, mas tinham sido bloqueados. "O regime usurpador está a impedir a sua passagem", escreveu Guaidó. E voltou a manifestar-se sobre o incêndio, acusando o "regime usurpador" de violar "o protocolo de Genebra, onde se diz claramente que destruir a ajudar humanitária é um crime contra a humanidade".

Por volta das 17.00 na Venezuela, Guaidó escreveu novamente no Twitter: "Disseram que não íamos chegar à fronteira: chegámos todos e o povo chegou a receber ajuda. Disseram que a ajuda não ia entrar: os camiões atravessam o país. Disseram que tinham povo: estão só e dezenas de soldados abandonaram

-nos". No entanto, a maioria da ajuda humanitária não chegou a entrar no país.

"Uma parte da ajuda conseguiu entrar, outra parte foi bloqueada pela violência do regime usurpador [de Caracas]", afirmou o presidente do Chile, Sebastián Piñera, numa conferência de imprensa ao lado de Luis Almagro, Iván Duque e Juan Guaidó. Já Almagro, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), disse que "a ditadura usurpadora foi covarde e indecente e bloqueou parcialmente a ajuda humanitária até agora. Paramilitares foram usados ??como meios repressivos, tiros foram disparados contra pessoas desarmadas".

Na capital do país, os manifestantes prestaram apoio a Nicolás Maduro, que se juntou à população, enquanto a oposição se concentrou para pedir a entrada de ajuda humanitária na Venezuela. "A Venezuela está nas ruas, mobilizada, porque estamos a lutar pela paz. Ou vocês querem que volte a violência? Estamos a batalhar pela paz, mas pela paz com independência, com justiça e igualdade social. Paz com dignidade nacional. É uma luta pela dignidade da Venezuela contra quem quer que nosso país se ajoelhe perante os gringos, perante a oligarquia decadente da Bolívia", disse Maduro, citado pelo El País.

E acrescentou: "Não é tempo de traição". Nas declarações aos manifestantes, Maduro chamou "presidente marionete" a Juan Guaidó e questionou quais as razões pelas quais ainda não tinha convocado eleições, uma vez que, se tinha o poder, devia tê-lo feito dentro de 30 dias, "como manda a Constituição" venezuelana. "Estou mais firme que nunca, em pé, governando nossa pátria agora e por muitos anos", garante Nicolás Maduro, desafiando Guaidó a convocar eleições. "Vamos ver quem tem votos e quem ganha eleições nesse país!", afirmou.

Através da ESAEN: Universidade Politécnica disponibiliza 15 cursos de mestrado

A Escola Superior de Altos Estudos e Negócios (ESAEN), uma unidade orgânica da Universidade Politécnica, disponibiliza novos cursos de mestrado, a serem lecionados partir deste ano.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Trata-se de 15 cursos a serem lecionados na sede, na cidade de Maputo, nomeadamente Administração Pública, Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais com especialização em Auditoria, Direito Empresarial, Gestão de Empresas, Pensamento Contemporâneo e Desenvolvimento, Gestão Social e Desenvolvimento Local, Direito Fiscal, Gestão Estratégica de Marketing, Estratégias de Desenvolvimento de Negócios, Desenvolvimento e Ordenamento do Território, Economia Agrária e Sociologia Rural, Finanças Empresariais, Vias de Comunicação e Saúde Pública e Medicina Tropical.

Dentre os cursos a serem lecionados nesta unidade orgânica, alguns contam com a assistência ou parceria de universidades de renome, tal é o caso do programa de mestrado para o curso de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, com especialização em Auditoria, que terá uma parceria com o Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa (ISEG), para além do curso de Direito Empresarial, que será lecionado em parceria com a Universidade de Coimbra.

A ESAEN tem por objectivo central promover o desenvolvimento de competências e a valorização técnica e humana e propõe-se a ser um centro de excelência nas áreas de formação, de pesquisa e de negócios, procurando aliar o rigor académico a uma pragmática visão de mercado, educando pessoas motivadas, para que se tornem líderes e profissionais de sucesso, com sólidos princípios éticos.

Importa realçar que a ESAEN tem como missão assegurar a educação continuada para pessoas que procuram aprofundar os seus conhecimentos, através de programas comprometidos com a qualidade e inovação profissional dos quadros e dirigentes que actuam, ou vão actuar, nas áreas de Gestão e Administração ou nas organizações públicas ou privadas, com a finalidade de servir o País na qualificação e desenvolvimento de capacidades, conhecimentos e iniciativas nas áreas da gestão e desenvolvimento.

→ *continuação Pag. 07 - Direcção e membros da Renamo divididos e em braço-de-ferro em Sofala*

trabalho que possa colocar a Renamo no poleiro, nas eleições presidenciais, legislativas e provinciais, em Outubro próximo.

Falando à imprensa, na tarde do mesmo dia, o interlocutor classificou o que se passa nas delegações políticas da Beira e de Sofala - em alusão a Chitato e Sandura - como "actos de insubordinação e desrespeito (...)".

Segundo José Manteigas, Marrata e Gerente foram indicados para os cargos ora "disputados" por outros dois correligionários porque a Renamo não está em altura de realizar as conferências provinciais, uma vez que em Janeiro passado houve congresso.

"As nomeações interinas são uma prática reiterada na Renamo" com vista a "colmatar situações que impedem o normal funcionamento do partido", disse Manteigas e argumentou que não se trata de uma situação nova.

A fonte fez saber, num outro desenvolvimento, que Osufo Momade convidou Chitato e Sandura para se dirigirem à Serra da Gorongosa com vista a "auscultá-los sobre as suas inquietações" mas recusaram de desrespeitosa e indelicadamente.

Ao nível do continente africano: Rating da Gapi-SI sobe para "A+"

A Gapi-SI obteve o "rating A+" como resultado da avaliação anual feita aos membros da AADFI (Associação Africana das Instituições Financeiras de Desenvolvimento), cujos indicadores são o cumprimento das regras da boa governação corporativa, estabilidade operacional e das normas de gestão prudencial, tendo alcançado 89% de adequação e conformidade com as normas de gestão e sustentabilidade estabelecidas por aquela agremiação.

Esta classificação, que ocorre nas vésperas da comemoração do 29º aniversário da constituição formal da Gapi (01/03/2019), resulta de uma avaliação anual ao desempenho das instituições financeiras afiliadas à AADFI e à luz de um sistema designado por PSGRS (Prudential Standards, Guidelines and Rating System), representa um crescimento da Gapi, que vem participando neste mecanismo de avaliação desde 2011, tendo nos três últimos anos obtido o "rating A".

Este "rating A+" surge numa altura em que a Gapi-Sociedade de Investimentos intensifica a sua actuação em sectores estratégicos para o desenvolvimento de Moçambique, contribuindo assim para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis definidos pelas Nações Unidas.

"O rating A+ que agora alcançámos é também um orgulho para Moçambique. Não são muitos os países africanos que apresentam IFD inscritas no seu sistema financeiro formal, com padrões de governação como os es-

tabelecidos pela AADFI e pelo BAD", considerou António Souto, Presidente da Comissão Executiva da Gapi

Ainda a propósito deste reconhecimento, Souto disse que o mesmo resulta do trabalho de todos que fazem a Gapi, nomeadamente os acionistas, membros da Direcção e cerca de 160 colaboradores, "sem descurar o importante papel que os nossos parceiros que disponibilizam recursos que nos permitem actuarmos em áreas sensíveis, pelo seu elevado risco, mas que tem um grande impacto na criação de uma nova geração empresarial e no fortalecimento da já existente".

"Para o alcance do tão almejado desenvolvimento, é preciso que criemos uma classe média empresarial com raízes nacionais e, nesse esforço, todos somos poucos", referiu, acrescentando que "com o apoio de reputadas instituições, temos estado a promover a inclusão e inovação, actuando em sectores-chave para um desenvolvimento inclusivo. Neste particular, quero destacar o nos-

so papel na criação e consolidação de empresas; a inovação agrícola e segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento rural e inclusão financeira, mas também olhamos para grupos vulneráveis como a juventude, onde a aposta é no incentivo à sua capacidade inovadora; no empoderamento da mulher, olhando para o seu impacto sócio-económico e no ambiente, através do incentivo aos negócios verdes e ecológicos".

A AADFI é uma associação criada em 1975, sob os auspícios do Banco Africano de Desenvolvimento, que tem vindo a dar assistência aos seus membros para que melhorem a sua governação, o desempenho financeiro e a capacidade operacional.

Esta agremiação conta com mais de 70 instituições financeiras envolvidas nas finanças para o desenvolvimento de África e, em 2008, os seus membros aprovaram os PSGRS, como um modelo e instrumento de avaliação do desempenho dos seus membros.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Desde 2015, ao nível do País: Formados profissionalmente mais de 605 mil moçambicanos

O Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS), procedeu, quarta-feira, 27 de Fevereiro, à abertura do ano de formação profissional 2019. O acto marcou o inicio formal dos cursos da Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) nas 11 delegações provinciais, 19 Centros de Formação distrital e 24 Unidades Móveis.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



O evento dirigido pela Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Dias Diogo, no Centro de Formação Profissional da Machava, província de Maputo, na presença do Governador Provincial, Raimundo Diomba, serviu também para a entrega de uma Unidade Móvel de Hotelaria e Turismo, denominada "A Nossa Escola que Anda", ao Governo local.

Na ocasião, foi igualmente lançado o boletim informativo do mercado do trabalho, referente ao terceiro trimestre do ano 2018 e assinados acordos de parcerias para estágios dos formandos deste centro de formação, com o sector privado.

"Cientes de que os Centros de Formação não são suficientes para responder à demanda das zonas rurais, estamos a assegurar a formação profissional através de uma frota de 24 unidades móveis", disse a ministra.

Desde 2015, através do Programa Quinquenal de Governação, já foram formados 605.874 moçambicanos, dos quais 212.056 são mulheres. Deste total a província de Maputo contribuiu com 13.541 formandos, provenientes dos centros de formação públicos e privados.

Dirigindo-se ao sector privado, Vitória Dias Diogo enalteceu o papel deste pela pronta resposta ao desafio, com a abertura de portas aos estágios pré-profissionais, que previam 16 mil vagas. Porém, o empresariado nacional respondeu, satisfatoriamente, com 22 mil vagas, contribuindo para a descoberta de talentos por parte da entidade empregadora.

Por sua vez, Calisto Cossa, presidente da autarquia da Matola, manifestou-se interessado nos formandos do IFPELAC, nas áreas de construção civil, para trazerem soluções para o projecto de requalificação dos 44 bairros do município.

Cossa disse que os formados, na área de construção civil, ajudaram na requalificação da Matola, através de soluções locais: "Porque se está numa época chuvosa e com a demonstração feita, pretendemos recrutar estes formandos para a requalificação da Matola, com soluções resilientes", referiu o edil.

Quanto à unidade móvel, Calisto Cossa disse ser importante para a sua autarquia, porque vai apoiar a juventude, particularmente nos bairros situados na zona norte da Matola, que todos os dias clama por emprego.

Importa referir que o boletim do terceiro trimestre de 2018 contém dados relevantes de diversos sectores do trabalho, tais como emprego, desemprego, formação profissional, segurança no trabalho, resolução extrajudicial de conflitos laborais e promoção da legalidade laboral.

CCT faz revisão pontual da Lei do Trabalho

A Comissão Consultiva de Trabalho (CCT) retomou, na quinta-feira, 28 de Fevereiro, em Maputo, as suas actividades, com a realização da primeira sessão plenária do ano, durante a qual se fez o balanço das actividades desenvolvidas no ano transacto, programação das actividades para o presente exercício económico, bem como a revisão pontual da Lei do Trabalho.

O encontro da Comissão, presidida pela Ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Dias Diogo, analisou ainda o desempenho Económico e Social de 2018, bem como as perspectivas para o presente exercício económico, entre outros aspectos.

Ao proceder à abertura da sessão, Vitória Diogo referiu-se ao facto de as plenárias deste ano acontecerem num momento particular, caracterizado pelo término de um ciclo de governação e, por outro, o País vai aprofundar o processo de descentralização administrativa, o que impõe também desafios ao diálogo social.

"Temos sobre nós a responsabilidade de discutir uma matéria tão sensível, delicada e até me atrevo a dizer sagrada: o salário. Por outras palavras, estamos a tratar, em última instância, da vida de milhares de compatriotas e cidadãos trabalhadores que residem em Moçambique", frisou.

A governante exortou às lideranças sindicais e de empregadores para que desenvolvam e massifiquem a negociação colectiva, ao nível da empresa e dos sectores de actividade e, para que isso aconteça, incentivem a implantação de organizações representativas de trabalhadores a nível empresarial, uma vez que o alicerço do diálogo social tripartido de nível nacional ou macro está no diálogo social bilateral entre empregadores e representantes dos trabalhadores.



Para o Governo, conforme sustentou Vitória Diogo, o diálogo social, para além de contribuir para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento sócio-económico, constitui-se uma plataforma fundamental para promover paz e estabilidade laboral.

Ainda na ocasião, o representante da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos-Central Sindical (OTM-SC), Damião Simango, considerou que a CCT reinicia as suas actividades numa altura em que o País enfrenta vários desafios, nomeadamente os esforços do Governo em estancar a onda de ataques que se regista na província de Cabo Delgado, a gestão das dívidas ocultas e os respectivos processos judiciais em curso, a gestão das calamidades naturais, o custo de vida, entre outros.

"No ano passado, iniciamos a revisão da Lei do Trabalho para o sector

privado, cuja conclusão está prevista para este ano. Reiteramos o nosso desejo de que o que resta por ser feito ocorra dentro da normalidade possível", sublinhou.

Já o representante da CTA-Confederação das Associações Económicas de Moçambique, António de Sousa, fez uma abordagem sobre o salário mínimo nacional, cujas negociações estão à porta.

"Em 2018, na generalidade, as negociações do salário mínimo começaram com dados muito elevados de propostas de sindicatos, sempre em dois dígitos, justificados com o elevado custo de vida e a necessidade de devolver o poder de compra aos trabalhadores, factores que tornaram o processo negocial numa plataforma difícil e baseada em fundamentos sociais que afectaram profundamente as empresas", indicou António de Sousa.

Renamo desafia Assembleia da República “a revogar o dispositivo legal que tenta transformar dívidas inconstitucionais e ilegais em dívida limpa”

A bancada parlamentar do partido Renamo, órfã da sua Chefe que está em licença de parto, desafiou nesta quinta-feira (28) a Assembleia da República “a revogar o dispositivo legal que tenta transformar estas dívidas inconstitucionais e ilegais em dívida limpa na Conta Geral de 2015 em resposta ao apelo à inúmeras vozes da sociedade moçambicana que dizem em uníssono NÓS NÃO QUEREMOS PAGAR ESTA DÍVIDA”.

Pela voz de Mário Ali, o maior partido de oposição disse no discurso de abertura da penúltima Sessão Ordinária da VIII Legislatura do Parlamento, que “exaltaremos a pátria se todos os envolvidos forem presos, julgados e obrigados a devolver o que roubaram do povo, aí sim exaltaremos a pátria. Por isso, nós não queremos pagar estas dívidas inconstitucionais e ilegais”.

“Ainda sobre estas dívidas a Renamo propõe e desafia a esta Assembleia da República a revogar o dispositivo legal que tenta transformar estas dívidas inconstitucionais e ilegais em dívida limpa na Conta Geral de 2015 em resposta ao apelo à inúmeras vozes da sociedade moçambicana que dizem em uníssono NÓS NÃO QUEREMOS PAGAR ESTA DÍVIDA. Está claro que esta dívida não é almoada do homem como fervorosamente alguns deputados aqui presentes defenderam esta calamitosa situação. Esta dívida é um flagelo para toda a sociedade moçambica-

na. Compatriotas, exaltemos a pátria retirando este fardo dos ombros dos moçambicanos”, afirmou o vice-chefe da Bancada do partido Renamo.

Mário Ali fez um balanço “histórico” VI Congresso, “realizado nos dias 15 a 17 de Fevereiro no Santuário e Mística Serra de Gorongosa”, aproveitou para lançar a campanha eleitoral do seu novo líder: “com o Presidente Ossufo Momade os moçambicanos poderão beneficiar-se do que mais anseiam, ensino e assistência médica e medicamentosa de qualidade, igualdade de tratamento dos cidadãos, infra-estruturas funcionais, assistência às camadas mais vulneráveis através dum governo participativa e inclusiva onde a corrupção tem tolerância zero”.

O maior partido de oposição manifestou a sua preocupação “a situação da instabilidade social e confrontação armada que se regista na Província de Cabo Delgado” questionando a “actuação



impávida, impotente e desnorteada das Forças de Defesa e Segurança perante a agressividade e chacina perpetradas pelos agressores”.

“As Forças de Defesa e Segurança que sempre se mostraram tenazes, implacáveis contra o cidadão pilha galinha e o povo indefeso

que simplesmente pretende manifestar-se para exigir seus direitos consagrados na Constituição, estão descharacterizadas, denotam fragilidade e incapacidade de repor a ordem e tranquilidade em Cabo Delgado” asinalou Ali que manifestou a solidariedade do partido Renamo “aos jornalistas que estão sendo vítimas do regime apenas por exercerem a sua actividade profissional de informar e formar a sociedade”, exigindo a sua libertação.

Mário Ali comentou o encontro recente entre o Presidente Filipe Nyusi e Ossufo Momade, indicando que o processo negocial “tem trazido sinais de esperança que permitirão uma paz efectiva, verdadeira reconciliação nacional e um ambiente propício para os investimentos nacionais e estrangeiros” e destacou, dentre os 30 pontos da agenda, os cinco dispositivos legais sobre a descentralização como as prioridades da Bancada Parlamentar da Renamo.

Mundo

Cubanos referendam nova Constituição e desta vez haverá mais votos contra

Pela primeira vez desde a Revolução de 1959, os eleitores cubanos vão poder expressar dissidência quando forem às urnas, neste domingo, para ratificar a nova Constituição que introduz alterações mas que mantém o sistema de partido único.

Um quarto dos eleitores deverá opor-se à nova Lei Fundamental, diz um analista cubano – um aumento significativo dos números de votações anteriores, em que a percentagem de votos dissidentes nunca chegava à dezena.

O novo documento – já aprovado, por unanimidade, no Parlamento, depois de um debate que começou em Julho – introduz mudanças importantes e faz alterações de peso à Constituição em vigor, redigida no período da Guerra Fria, reconhecendo a propriedade privada pela primeira vez, assim como o papel do investimento estrangeiro e a Internet.

Novos limites e direitos

Apesar de confirmar a economia planificada e centralizada, a nova carta introduz o limite de mandatos presidenciais, cria a figura do primeiro-ministro e reestrutura o modelo do Governo. Também inscreve princípios fundamentais, como o direito a ter um advogado em caso de prisão e o habeas corpus.

A Constituição em vigor foi aprovada em 1976 com 97,7% dos votos a favor dos 5,6 milhões de eleitores registados – 54 mil pessoas votaram contra. A maior parte dos analistas espera que a nova versão seja aprovada com uma margem menor entre os oito milhões de eleitores registados hoje.

“Desta vez, diria que cerca de três quartos da população vão votar ‘sim’,” diz Rafael Hernandez, um prestigiado analista cubano e editor da revista cultural Temas. “Acostumámo-nos à ideia de que se alguma coisa não é aprovada com 98% dos votos é porque não há consenso, apesar de outros países 65% ser um resultado absolutamente fantástico.”

Um debate junto das bases, promovido pelo Governo, produziu pequenas mudanças na versão final do texto aprovado em Dezembro pela Assembleia Nacional.

Voto “patriótico”

Desde então, o Governo cubano

usou o seu monopólio dos espaços públicos e dos meios de comunicação para fazer campanha pela aprovação por grande maioria. “Porque defende a soberania, a independência e a dignidade dos homens e mulheres de Cuba, eu voto ‘sim’”, disse no Twitter o Presidente cubano, Miguel Diaz-Canel.

O Governo definiu o voto no “sim” como patriótico, enquanto os maiores opositores à nova Constituição dizem que o “não” seria um passo para acabar com décadas de domínio comunista.

Numa sociedade civil cada vez mais ligada à Internet, o debate público tornou-se mais activo do que no passado. Hashtags como #YoVotoSi e #YoVotoNo disputaram espaço no Twitter.

“Só nos veremos livres da tirania se todos os que querem uma Cuba Livre nos apoarem... Eu voto ‘não’”, escreveu no Twitter José Daniel Ferrer, líder da União Patriótica de Cuba, que viu alguns dos seus membros detidos antes

do referendo, tendo havido também buscas nas suas casas.

Alguns cubanos, ainda que lamentem que as reformas não avancem mais depressa, dizem que vão votar a favor da nova Constituição. Alejandro Hernandez, um negociante de 54 anos, diz que as propostas merecem o seu apoio. “O que não quer dizer que concorde com tudo. Por exemplo, a primeira figura do país, o Presidente, devia ser eleito pelo povo, não pela Assembleia Nacional.”

A alínea que legalizava o casamento entre pessoas do mesmo sexo – ao definir a instituição como a união entre pessoas e não entre um homem e uma mulher – teve tanta oposição que a nova Constituição não faz referência ao casamento. Isso deixa caminho aberto para se voltar ao tema no código da família.

Um movimento evangélico crescente, que já conquistou centenas de milhares de fervorosos seguidores e fez campanha con-

tra o casamento gay, não ficou satisfeito com a omissão. “Vou votar ‘não’ porque ao retirar que o casamento é entre um homem e uma mulher se abre a porta a que no futuro surja alguma coisa contra as nossas crenças e a Bíblia”, disse Ruben, pastor baptista em Havana, que pediu para não dar o último nome.

Comunismo e socialismo

A Igreja Católica adoptou a mesma posição num texto de quatro pontos que foi lido nos púlpitos. Também teceu comentários à inclinação ideológica do texto, por exemplo nos capítulos dos media e da educação, e na especificação de que os estrangeiros, não os cubanos, podem investir.

“Afirmar como verdade absoluta que só no socialismo e no comunismo as pessoas atingem a dignidade é totalmente inaceitável”, disse o secretário da Conferência Episcopal cubana, monsenhor José Félix Perez, sobre o preâmbulo da nova Constituição.



Boqueirão da Verdade

"Desde 1975 até hoje nunca tivemos dois presidentes, um da República e um do partido. Nas províncias sempre existiu um governador. Atualmente, quando se fala de um representante do Estado ao lado do governador, assusta-me, porque penso que a medida visa limitar as funções do governador", **Alvaro Salema**

"A assembleia pode destituir o governador, mas em contrapartida não vemos aqui a ação do governador face às decisões da assembleia. Isto deve ser bem discutido e ficar claro. Caso contrário teremos um governador sem poder para decidir, ou seja, teremos uma figura para simplesmente assistir ao espetáculo da assembleia", **Gildo Assane**

"A Assembleia Provincial passa a ter muito poder, pode demitir o governador se ele violar as regras estabelecidas. Não haverá abuso de poder como tem algumas vezes acontecido. Os instrumentos que estão para serem aprovados não são de fácil interpretação, principalmente para a nossa sociedade. De futuro devemos ter todas as informações e documentação respetiva com uma certa antecedência para que todos possam familiarizar-se com as mesmas",

Lucas Chomera

"Estamos agora a ver este vendaval de detenções de pessoas [implicadas nas dívidas ilegais]. É para dar a entender que se está a fazer serviço. Sabemos que isso não passa de encenação. Se houvesse vontade política em Moçambique este caso já teria sido julgado desde 2015", **José Manteigas**

"Nós encorajamos aos governos americano, moçambicano e sul-africano para que de facto prossigam com as diligências no sentido de julgar convenientemente este caso, porque todos nós sabemos que a nossa justiça, a justiça moçambicana está desacreditada", **idem**

"Em Moçambique, não há condições para um julgamento justo que permita moralizar a nossa justiça que caiu num descrédito. Todos nós estamos cientes de que se vier a Moçambique irá preencher este teatro que está a acontecer no país e não irá buscar-se a responsabilização dos autores ou os implicados nas dívidas ocultas. O deputado só pode ser detido em caso de flagrante delito e não é o caso. Para proceder-se a detenção do deputado Manuel Chang é preciso que se faça o levantamento da imunidade e o levantamento da imunidade tem lugar em fórum

apropriado que é o plenário da Assembleia da República", **Fernando Bismarque**

"Há condições em Moçambique para Manuel Chang ser julgado pelos crimes que cometeu e que estão previstos pela lei moçambicana. Ainda que ele seja extraditado para Moçambique, ainda que venha a cumprir uma pena em Moçambique, ainda assim não está isento de eventuais responsabilidades criminais que possam advir de julgamento feito na presença ou à revelia por eventuais crimes que tenham sido cometidos noutra jurisdição", **Rodrigo Rocha**

"Se o que foi feito pelos nossos deputados, ao inscrever as dívidas, está errado, será a justiça a dizer. Não vale a pena politizar e especular. Se está errado, temos os órgãos apropriados. Nessa questão de separação de poderes é bom, que é para permitir que alguém não tenha o poder absoluto. Nós podemos cometer erros, tem o Conselho Constitucional, os órgãos da justiça, é o tal checks and balances, o equilíbrio, peso contra peso", **Lucas Chomera**

"Se nós somos humanos, como deputados, podemos cometer erros. Com as informações que tínhamos naquela altura, tomamos essas decisões com base naquelas informações de

inscrever. Se está errado, deixa a justiça resolver", **idem**

"Foi esse homem [Jonas Savimbi] que nos ensinou que a vida é um combate permanente e que aqueles que hoje podem estar a nossa testa podem passar amanhã e que outras gerações devem preparar-se permanentemente para estarem a altura dos desafios do que a vida nos for a oferecer", **Rafael Savimbi**

"É preciso dizer que um conflito armado não é um banquete, não é uma festa, pelo que excessos acabam acontecendo. E tivemos um conflito armado aqui em Angola, mas felizmente o tempo está a demonstrar quem sempre criou condições para levar os outros para o conflito. Contudo, o momento que vivemos em Angola não se presta mais a essas condições, hoje nós todos estamos engajados num processo de reconciliação nacional onde temos de nos aceitar independentemente do que terá passado. Pelo que hoje o nosso discurso que está na moda é o discurso da reconciliação. O que passou passou, as pessoas não esquecem, mas temos que conduzir Angola de outra maneira", **idem**

"A Polícia de Trânsito é um dos sectores públicos que tem sido mais falado no

país, quer nos órgãos de informação, quer nos vulgos "chapas" e noutros fóruns, muitas vezes, infelizmente, por más razões, o que não a abona. É vulgar dizer-se, ou é um facto indesmentível de que ser Polícia de Trânsito na nossa "Pátria Amada" é logo à partida, uma condição sob suspeita permanente e generalizada ou já enraizada na mente dos moçambicanos de prática de actos indecorosos de corrupção nas nossas estradas", **in Notícias**

"Sempre acreditou-se que, a exemplo de outros sectores de reconhecida utilidade pública do país, os actos de corrupção na Polícia de Trânsito vão prevalecer por muito tempo porque, alegadamente, partem do topo à base, e está demonstrado que quando é assim, torna-se complexo e muito difícil resolver um problema como este. Há-de ser, eventualmente, por causa disso, que depois de muito estar a ser dito desde há muitos anos, sobre a corrupção protagonizada por agentes daquela polícia, o sector ainda continua a manifestar aparente indiferença no combate a este mal, praticamente institucionalizado, e que é uma das causas do registo de sinistros rodoviários no país e sério entrave para o nosso desenvolvimento", **idem**

 **Álvan Renzo Antonio** 1 400 000 000 de meticais. Será que acertei nos zeros? · 2 dia(s)

 **Flávio Augusto Mangue Jr.** Ainda faltam os zeros... Só 1 Bilhão (1.000.000.000.000,00 MT).... · 2 dia(s)

 **Flávio Augusto Mangue Jr.** Esperamos que as taxas dos Impostos na Matola subam para podermos pagar tudo que o nosso Partido FRELIMO tem... Exaltemos à Pátria.... · 2 dia(s)

 **Txio Theo Matsule** "Juntos pela Matola que queremos" · 1 dia(s)

 **Huelton Jorge Zandamela** Huelton Opais ta muito mal · 2 dia(s)

 **Vasco Santos** Não faz nada pela Matola.... · 2 dia(s)

 **Sam Mazine** FILHO DA DIVIDA. Pessoal cem xtradas e eles · 2 dia(s)

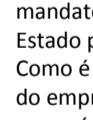
 **Messias Daniel Silva** QUE PENA, SE CALHAR É PARA CONTRATAR ADVOGADOS PARA CHANG · 2 dia(s)

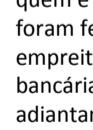
 **Arnaldo Mendes** "O afilhado" · 2 dia(s)

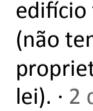
 **Oliveira Luis** Alimenta-se bem. · 2 dia(s)

 **Dercio Antonio Rafael** Lamentável · 1 dia(s)

 **Diogo Amaral** Esta é mais uma questão muito séria e complexa que requer uma auditoria forense. Sem entrar em muitos pormenores há que revisitar o processo para averiguar, entre outras, se a Assembleia Municipal autorizou a contratação da dívida cujo vencimento ultrapassa um mandato? Existe alguma garantia do Estado para o efeito? O TA deu Visto? Como é que foi feita a contratação do empreiteiro, houve concurso, e quem é empreiteiro? Como é que foram feitos os desembolsos ao empreiteiro? Existem garantias bancárias do empreiteiro de adiantamento e de boa execução? O edifício tem licença de construção (não tem nada a ver com o facto do proprietário ser o C Municipal, é de lei). · 2 dia(s)

 **NGome Símon Ntlaaaaa!!!** Juro que se tivesse poder supersticioso, esses seriam meu alvo... · 1 dia(s)

 **Carter D'wayne Los** Ele se elegeu. Xiconhoca da SEMANA. AGORA JÁ sabe fazer dívidas que nem consultou os municípios · 1 dia(s)

 **Edmo Munacho** E ele quanto encaixou nesse valor? · 2 dia(s)

 **Suharto Mangulle** Aonde esta a Justiça? · 2 dia(s)

 **Luiz Governa** Ai Cossa, a Vida, Cossa...!!! · 2 dia(s)

 **Benazir Mussagy** Coitado dele, está obedecendo ordens apenas. · 2 dia(s)

 **goste de nós no facebook.com/JornalVerdade**

Jornal @Verdade

O reeleito edil da Matola, Calisto Moisés Cossa, hipotecou o agora mais populoso Município de Moçambique ao BCI, pelo menos até 2025, com uma dívida de 1,4 bilião de meticais e que custa anualmente 70 por cento das receitas para a construção da futura sede da Autarquia. "Por que é que não estamos lá? Casa nova, mobília nova" explicou em entrevista exclusiva ao @Verdade o Presidente do Conselho Autárquico.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/68018>



 **Camejo** Arranjar as estradas, construir novas vias de acessos, limpar o lixo, etc etc, falta dinheiro!!! · 2 dia(s)

 **Santos Ze** Esse perdeu na matola. Eu não reconheço como edil por mérito porque nas eleições ele perdeu. Só estou com pena daqueles jovens do STAE que apareceram a confirmar a verdade · 2 dia(s)

 **Amido Mussa MucTy Junior** Os falsos d stae sujam moçambique ate n tanzania onde xto · 1 dia(s)

 **Santos Ze** Amido Mussa MucTy Junior dificilmente as eleições em africa são transparentes · 16 h

 **Abdullah Aziz Al-Isslam** Na tomada de posse a oposição perdeu oportunidade ímpar de defender os interesses do povo mostrando-se ao nível mais baixo do seu lobismo! · 2 dia(s)

 **Ramalho Edson Paris** 1.4 biliões de meticais, volto já vou contar os zeros. Kkkkkkkkkk · 2 dia(s)

 **Vivaldo Admiro Kitolex** Moz Ele não é diferente dos outros!!! · 2 dia(s)

 **Osvaldo Acero** Ai xta vamos ver o qui vai dar.. · 2 dia(s)

 **Skino Francisco Mondlane** Muita falta de respeito · 2 dia(s)



Jornal @Verdade

A África do Sul não deverá extraditar Manuel Chang para os Estados Unidos da América (EUA). "Assim que fechamos o caso da Interpol vamos permitir que Moçambique tenha de volta o seu ex-ministro" revelou a ministra sul-africana da Cooperação e Relações Internacionais, Lindiwe Sisulu.

<http://www.verdade.co.mz/nacional/68007>



Antonio Camejo Será que depois de isto tudo o País ainda se chamará Moçambique? · 3 dia(s)

Silvestre Smallpun Vai se chamar Moçás · 2 dia(s)

Mathause Sithoye Esta "notícia" estragou o meu dia. Estou muito mal disposto! · 3 dia(s)

Delta Carapeto III Estragou o meu também. Porraaa · 3 dia(s)

Jorge Luis Kkkkkkk... Estragou de muitos · 3 dia(s)

Edson CH Já venderam aos EUA alguma parcela rica em minerais pois sim?!!! Também com tantos encontros do Nyusi e do Ramaphosa, a negociarem a volta a casa do ladrão, não seria muito diferente. Parabéns, gastaram nossos megas. · 3 dia(s)

Elidiolevene Cambulaa E que megas · 3 dia(s)

Äbdül İbin Nähötä Ela apenas é uma ministra da Cooperação e Relações Internacionais, cabe a justiça sul-africana decidir, ela não manda a justiça e, é uma ministrinha · 3 dia(s)

Mario Chioio Ministério de negócio estrangeiro é uma coisa e o da justiça é outra coisa, uma coisa não tem nada a ver com a outra! Porque algumas pessoas pretendem quebrar bons acordos que o país fez com os EUA? Será que o povo sul Africano estará de acordo com isso? Então pra quê aceitaram assinar o tal acordo de extradição? E como fica a imagem do país lá fora? As coisas funcionam com prioridade, os EUA foram os primeiros a emitir o mandado de captura e nós seguimos depois, então porque esse corte de prioridade agora? · 3 dia(s)

Arlindo Massolonga Junior Tens toda razão Mario, isso é absurdo a justiça sul africana não pode ser manipulada por um punhado de gente · 3 dia(s)

Anidia Tacaiana e esse aqui em mocambique sinda goza de imunidade... não pode ir preso · 3 dia(s)

Helton Paul Mbalango Esse filme ja vi o fim e aqueli k depois quando chegar em moz vai se falar 24h i depois o assunto fica fora do prazo · 3 dia(s)

Kino Florentino Silva Talvez o administrador da HCB disse que se extraditarem Chang pra os EUA, vamos cortar energia. A verdade é que Chang vai ter nova residência em Nova Iorque. · 3 dia(s)

Vicente Mario Sando O chang tinha que voltar a todo custo a Moz, ele é o guardião dos segredos, caixa forte... se caisse nas mãos dos americanos ficaríamos ainda mais decepcionados com as revelações bombástica · 3 dia(s)

Närzya Francelynna Manhinda Ja dizia o Samora Machel "um ambicioso é capaz de tudo, de vender a pátria por interesses individuais" País do pandza · 3 dia(s)

Charlotte Rosario Já entregaram a Bacia do Rovuma não é? O resto já não importa. Lhe devolvam para casa porque o teatro que estão fazer não convence a ninguém. Moçambique não há justiça. Talvez em Outubro · 3 dia(s)

Honorio Narcisio Oliver Verdade meu · 3 dia(s)

Tijojo Mutimucuio Jr. Mesmo em outubro muitos vão votar nos magicos e o show de ilusoes vai continuar... · 3 dia(s)

Daniel Antonio Mabjaia Se já decidiram que vão nos devolver ele qual a necessidade de gastar luz tempo e recursos humanos para o marcado próximo julgamento pra se falar da extradição? · 3 dia(s)

John Samo Chang não é nosso ex ministro, se o povo tivesse poder lhe seria retirado a nacionalidade. · 3 dia(s)

Cândido Gabriel Cinturão Ela é ministra não advogado não juíza não procuradora o Chang vai bazar · 3 dia(s)

Moises Jesus Alberto Ainda bem que lá o governo não manda na justiça. · 3 dia(s)

Idmar Porto Cá para mim isso não é novidade, sempre disse isso as pessoas do meu ciclo social e ai está a prova de a justiça e utopia. Acontece o que eles querem. · 3 dia(s)

Hélder Eduardo Anglaze A Ministra não têm nenhum poder e nem domínio sobre esse assunto, acho q só queria sair nos jornais, ntsem · 3 dia(s)

Madjissa Yinguaní Surprise EU JA SUSPEITAVA QUANDO O TRIBUNAL disse q pos seu trabalho cabera a ministerio da justiça sul africano a decidir do caso por questoes politicas · 3 dia(s)

Helder Mario 2 musicas mesmo significado Stewart Suca -- Carangueijo Afroman -- nos usamos maquina a vapor, outros usam maquina a gas.

Faz sentido enquanto uns lutam para roubar o maximo o País, outros tentam edificar. Dissonancia total · 3 dia(s)

Sonil Joanguete Pronunciamentos inadequados... a p"ta queria plateia e conseguiu. Mas a decisão não depende dela. · 3 dia(s)

Amido Mussa MucTy Junior Moçambique nao ha nda d justiça so dia d voto vamos ver justiçao · 3 dia(s)

Aderito Adezenha Nhabanga Era de esperar com tantos encontros entre os estadista dos 2 países, já vimos k o povo nunca terá justiça enquanto o regime continuar no poder, mas um dia Deus fará justiça por nós como fez com povo israelita que estava ser oprimido e escravizado no Egito. · 2 dia(s)

Saute Chirinda Não faz diferença porque o tempo corre no sentido horário, se Chang vive ou morre, é julgadom em MZ ou USA? Não ira fazer o tempo voltar de modo a evitar as dívidas ilegais. · 3 dia(s)

Graciano Biza Obrigado SENHOR por ouvir as minhas preces..... Bem vindo papa Chang...!!! · 3 dia(s)

Boladas Legalazys Mas essa ministra entra aonde nos assuntos judiciais... isso no lhe compete caramba · 3 dia(s)

Hassane Alfredo Langa O poder executivo Sul Africano me parece ser independente do poder Judicial, portanto acalmem os ânimos e aguardemos pelo veredito final no dia 26, se está não for adiada ou houver um corte de energia. Eliminar ou ocultar isto · 3 dia(s)

Augusto Macamo Digam que é brincadeira por favor, nao me sinto bem · 3 dia(s)

Valdimiro Benquimane Nao se atrapalhem com verde ele vai nos EUA · 3 dia(s)

Idmar Porto Valdimiro Benquimane melhor guardarse de um enfarte mano, disso eu já esperava e a acontecer de verdade para mim não é surpresa, pois a (in) justiça é assim mesmo. · 3 dia(s)

Macamo Afinal de contas isto é Africa · 3 dia(s)

Amido Mussa MucTy Junior Moçambique e pais de injustos · 3 dia(s)

Benjamim Jose Ribaue Querer me estragar o meu dia!! · 3 dia(s)

Luis Chopo O povo perdeu tipo "Tabasile".. Alias "De novo" · 3 dia(s)

Adérito Chichava obrigado por fazerem da minha quinta o fim do mundo. · 3 dia(s)

Hélder Mazine Algo me diz que isso é mentira, o Chang vai sim fazer companhia ao EL-Chapo nos EUA · 3 dia(s)

Erick Michel Fenita Não havia melhor forma de começar o dia, obrigado. · 3 dia(s)

Cidadania

@Verdade

www.verdade.co.mz
01 de Março de 2019

Pergunta à Tina...

Olá Tina. Sou Baicane. Sou casado há 1,5 anos. A minha esposa desde que estamos juntos até hoje, já perdeu duas gravidezes. E tentei procurar os pormenores de tais abortos, não consigo entender! Amo a ela muito e nem tenho desejos de trai-la. Gostaria de saber o que deve estar por detrás disto? Tenho 28 anos, mas não consigo ter filhos por esta mesma situação. Queira que me ajudasse. Feliz 2019, João.

Obrigado, João. Um bom ano para ti também. A única maneira de saber o que deve estar por detrás disto é acompanhares a tua esposa a um centro de saúde ou a uma clínica onde se poderá fazer uma investigação específica. Não precisas preocupar-te muito, pois certamente se encontrarás uma solução satisfatória. Esta situação acontece muitas vezes, mas também se resolve quase sempre. Fica tranquilo e verás que certamente terás filhos. Boa sorte!

Olá Tina. Dei parto por cesariana no dia 27/01/2019 e o bebé faleceu. Gostaria de saber, visto que não estou amamentando, o meu período pode vir a descer daqui a quanto tempo? Virgínia

Olá Virgínia. Os meus sentimentos pela tua perda. O tempo que decorre entre o parto e a retoma da menstruação menstrual é um pouco variável. Muitas vezes acontece logo um mês depois da cesariana, mas por vezes pode demorar dois ou três meses.

Se tens alguma denuncia ou queres contactar um jornalista

Telegram
86 450 3076

E-Mail
averdademz@gmail.com

Samsung apresenta o 1º smartphone com tela dobrável e novos S10

A Samsung apresentou na quarta-feira, em San Francisco, o primeiro smartphone com tela dobrável do mercado, chamado Galaxy Fold, que pode ser aberto e fechado como se fosse uma pasta, além dos novos modelos Galaxy S10, Galaxy S10+ e outros lançamentos.

Texto: Agências

“Não só mudamos a forma do telefone. Mudamos a forma do amanhã”, declarou a empresa sul-coreana durante a apresentação do aparelho, que tem tela de 4,6 polegadas quando o aparelho está dobrado e de 7,3 quando está completamente aberto.

O dispositivo conta com seis câmeras: três na parte traseira, duas no interior (operacionais quando aberto) e uma frontal, e estará disponível nas cores preta, prata, verde e azul.

“A tela está feita para que possa ser desdobrada centenas de milhares de vezes. É um telefone, um tablet e uma câmera, tudo em um, que cabe no seu bolso”, explicou o vice-presidente de marketing de produto da Samsung, Justin Denison, que garantiu que o aparelho aberto “é tão grande que permite uma experiência jamais experimentada em um telefone”.

A Samsung decidiu localizar a entrada para fone e a câmera frontal no canto superior direito do telefone, o que reduz parcialmente o espaço da tela, enquanto o leitor de impressão digital para desbloquear o dispositivo fica em uma lateral.

O Galaxy Fold permite trabalhar com três aplicativos diferentes ao mesmo tempo na tela, tem um processador de 7 nanômetros, 12 GB de memória RAM, capacidade de armazenamento de 512 GB e inclui Universal Flash Storage 3.0 (eUFS).

O aparelho chegará ao mercado no dia 26 de Abril por um preço de 1.980 dólares norte-americanos

(cerca de 118 mil meticais) e com duas versões diferentes: uma para a rede LTE e outra para a nova rede 5G, dependendo da região.

No mesmo evento foram apresentados os novos modelos da linha Galaxy S, o S10 e o S10+, que têm como uma das principais novidades a inclusão de até cinco câmeras: duas frontais e três traseiras.

Como já é habitual, a Samsung revelou duas versões de diferentes tamanhos e ambos incluem as três câmeras traseiras (uma super grande angular, uma grande angular e uma teleobjetiva), enquanto só o S10+ tem as duas dianteiras (o S10 tem uma).

Os novos dispositivos também incluem pela primeira vez um leitor ultra-sônico de impressões digitais na tela, que cria um molde tridimensional da digital mediante ondas sonoras para identificar o usuário e permitir assim o desbloqueio.

A principal vantagem do leitor ultra-sônico é que, ao contrário dos leitores de impressões digitais ópticos tradicionais, o funcionamento não será afetado pela humidade ou água, além de garantir que o dispositivo só possa desbloqueado com o dedo físico do usuário e não, por exemplo, com uma fotografia.

Quanto às câmeras frontais, desenvolvidas para as selfies, uma é angular de 10 megapixels, enquanto a outra tem 8 megapixels e é destinada a captar profundidade.

“Com as câmeras deste telefone, a fotografia será exatamente aquilo que os seus olhos estão vendo”, disse durante a apresentação a diretora de marketing de produtos portáteis da Samsung, Suzanne de Silva, em referência a todas as modalidades distintas de captação de imagens presentes no aparelho.

Duas das novidades mais interessantes dos Galaxy S10 e S10+ quanto à fotografia são no software: uma parceria com a Adobe para criar uma versão própria do aplicativo de edição Premiere Rush e um “modo Instagram” integrado nas câmeras do telefone.

Esta modalidade permite que o usuário tire uma foto diretamente para o Instagram, de maneira que possa acrescentar texto e realizar as modificações características da rede social.

Os novos telefones da Samsung apresentam uma tela AMOLED de altíssima resolução de 6,1 polegadas (S10) e 6,4 (S10 Plus), um processador Snapdragon 855, entre 8 GB e 12 GB de memória RAM e 128 GB de armazenamento, que no caso do S10 Plus podem ser ampliados até 1 TB.

Os dois smartphones, assim como o modelo menor e econômico S10E, poderão ser encomendados pela internet a partir de quinta-feira e começarão a ser enviados no dia 8 de março. Os preços são de US\$ 899,99 para o S10; de US\$ 999,99 para o S10+; e US\$ 749,99 para o S10E.

Ataque aéreo indiano em território paquistanês mata “um número muito grande” de militantes

A Índia disse que seus aviões de guerra atacaram um campo de treinamento de militantes dentro do Paquistão nesta terça-feira, matando “um número muito grande” de combatentes e elevando o risco de um conflito entre os vizinhos com armas nucleares, mas autoridades paquistanesas negaram ter havido baixas.

Texto: Agências

O ataque aéreo perto da cidade de Balakot, situada a cerca de 50 quilômetros da fronteira, foi a incursão mais profunda da Índia através da divisa desde a última de suas três guerras com o Paquistão, em 1971.

Islamabad repudiou a ação indiana e disse que reagirá em um momento e um local de sua escolha. Segundo o governo indiano, os ataques aéreos atingiram um campo de treinamento do Jaish-e-Mohammed (JeM), que assumiu a autoria de um ataque suicida com carro-bomba que matou ao menos 40 policiais paramilitares indianos na Caxemira no dia 14 de fevereiro.

A ação foi ordenada, disse a Índia, porque sua inteligência mostrou que o Jaish estava planejando mais ataques. “Diante do perigo iminente, um

ataque preventivo se tornou absolutamente necessário”, disse o secretário das Relações Exteriores, Vijay Gokhale, aos repórteres.

“A existência de tais instalações de treinamento, capazes de treinar centenas de jihadistas, não poderia ter funcionado sem o conhecimento das autoridades paquistanesas”, afirmou Gokhale.

O Paquistão nega abrigar o JeM, grupo originalmente anti-Índia que forjou laços com a Al Qaeda e está em uma lista de terroristas da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 2001.

Em Dezembro de 2001, combatentes do Jaish, além de membros de outro grupo militar radicado no Paquistão, o Lashkar-e-Taiba, reali-

zou um ataque contra o Parlamento indiano que quase provocou uma quarta guerra.

Gokhale disse que “um número muito grande” de militantes morreu nos ataques com caças franceses Mirage 2000 contra um campo de treinamento do Jaish próximo de Balakot, cidade da província paquistanesa de Khyber Pakhtunkhwa.

Segundo Gokhale, o comandante do campo era Maulana Yusuf Azhar, cunhado do líder do JeM, Masood Azhar. Uma fonte de alto escalão de Nova Déli disse que 300 militantes morreram nos ataques e que os aviões de guerra penetraram até 80 quilômetros no Paquistão – mas não surgiaram indícios imediatos para sustentar as afirmações sobre baixas de militantes.

Buhari é reeleito presidente da Nigéria

O presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari, foi reeleito para um segundo mandato no comando da maior economia e maior produtora de petróleo da África.

Texto: Agências

Buhari enfrenta uma difícil lista de tarefas, incluindo reviver uma economia ainda lutando para se recuperar de uma recessão em 2016 e combater uma insurgência islâmica de uma década que matou milhares de pessoas no nordeste do país, muitas delas civis.

Buhari provou que estavam errados aqueles que duvidavam que ele pudesse sobreviver às dificuldades da recessão, dos ataques dos militantes aos campos de petróleo e à insurgência islâmica que arruinou seu primeiro mandato.

Ele venceu com 56 por cento contra 41 por cento do empresário e ex-vice-presidente Atiku Abubakar.

O presidente venceu por 3,9 milhões de votos, tendo obtido 15,2 milhões contra os 11,3 milhões de Atiku.

Tesoureiro do Vaticano é condenado por abuso sexual de meninos de 13 anos

O tesoureiro do Vaticano, cardeal George Pell, foi considerado culpado de cinco acusações de abuso sexual cometidas mais de duas décadas atrás contra meninos de 13 anos na Austrália, tornando-se o clérigo católico mais graduado a ser condenado por delitos sexuais contra crianças.

Texto: Agências

O veredito tornou-se público nesta terça-feira, após a revogação de uma ordem de supressão de 2018 de Pell, depois que um segundo caso de abuso contra o religioso foi descartado pela acusação.

A queda do número 3 do Vaticano leva ao cerne da administração papal um escândalo sobre abusos clericais que abalou a credibilidade da Igreja nos Estados Unidos da América, Chile, Austrália e outras partes nas últimas três décadas. Um júri do tribunal do condado de Vitória, em Melbourne, considerou Pell culpado em 11 de Dezembro do ano passado após um julgamento de um mês.

Ele foi condenado por cinco acusações de delitos sexuais cometidos contra os meninos de 13 anos do coral 22 anos antes na sacristia da Catedral de São Patrício de Melbourne, onde Pell era arcebispo. Uma das vítimas morreu em 2004. Cada um dos cinco delitos implica um máximo de 10 anos de prisão.

Os advogados de Pell apresentaram uma apelação contra o veredito com três argumentos – que, se aceita, pode levar a um novo julgamento.

“O cardeal Pell sempre alegou inocência e continua a fazê-lo”, disse Paul Galbally, um dos advogados de Pell, diante da corte. Pell, que continua sob fiança, deixou o tribunal nesta terça-feira sem falar com os repórteres, que o cercaram enquanto ele seguia da escadaria da corte para um carro que o aguardava.

Um sobrevivente de abuso infantil, que se identificou como Michael Advocate, já que a lei australiana veta a divulgação de seu nome verdadeiro, gritou para Pell: “Queime no inferno”.

O cardeal deve voltar à corte na quarta-feira para o início da audiência de declaração de sua pena.

O papa Francisco encerrou uma conferência sobre abusos sexuais no domingo, pedindo uma “batalha total” contra um crime que deveria ser “apagado da face da terra”.

Em Dezembro o Vaticano disse que Francisco havia afastado Pell, de 77 anos, de seu grupo de conselheiros próximos, sem comentar o julgamento.

O Colégio São Patrício, escola de Ballarat, a cerca de 120 quilômetros de Melbourne, que Pell frequentou na infância disse que retirará seu nome de um edifício que foi batizado em sua homenagem.